

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Rio Grande Norte ó SFA/RN

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada termos do art. **70** da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, Decisão Normativa TCU nº 108/2010, da TCU nº 117/2011, Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle Portaria CGU interno. 2546/2010.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABREVIATURA/ NOME/TÍTULO SIGLA

ADP Agente de Desenvolvimento de Pessoas AGE Assessoria de Gestão Estratégica

AGU Advocacia Geral da União
AIE Anemia Infecciosa Equina

ANVISA Agência Nacional de Vigilância Sanitária **APHIS** Animal and Plant Health Inspection Service

APROFAM Associação dos Produtores e Produtoras da Feira Agroecológica de

Mossoró

Art. Artigo

BPF Boa Prática de Fabricação

CFO Certificação Fitossanitária na Origem

CGU Controladoria Geral da União

CODERN Companhia Docas do Rio Grande do Norte

COSAVE Comitê de Sanidade Animal e Vegetal do Cone Sul

DDA Divisão de Defesa Agropecuária

DIPOA Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal **DIPOV** Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal

DN Decisão Normativa

DPDAG Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário

DT Divisão Técnica

EMATER Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte

FFA Fiscal Federal Agropecuário
GAB Gabinete do Superintendente

GESPÚBLICA Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização

GTA Guia de Trânsito Animal

IDIARN Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do Rio Grande do Norte IFERN Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do

Norte

IGIndicação GeográficaINInstrução Normativa

INFRAERO Empresa de Infraestrutura Aeroportuária

MANUT Manutenção dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas

do MAPA

MAPA Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

NAJ Núcleo de Assessoramento Jurídico NMP Núcleo de Material e Patrimônio

Port. Portaria

PPA Plano Plurianual de Ação

PROVERH Programa de Valorização e Estímulo dos Recursos Humanos

PSC Peste Suína Clássica

RAE Reunião de Avaliação Estratégica

RG Relatório de Gestão

SAD Serviço de Apoio Administrativo SAG Seção de Atividades Gerais

SAOD Seção de Apoio Operacional e Divulgação

ABREVIATURA/

NOME/TÍTULO

SIGLA

SAPE/RN Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca do Governo do Rio

Grande do Norte

SCC Setor de Compras e Contratos SDA Secretaria de Defesa Agropecuária

SDC Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo

SEDEC Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico

SEOF Seção de Execução Orçamentária e Financeira SePA Seção de Planejamento e Acompanhamento

SFA/RN Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Rio Grande do

Norte

SGP Seção de Gestão de Pessoas

SICASQ Sistema de Cadastro dos Agentes da Cadeia Produtiva de Vegetais e seus

Produtos

SIF Serviço de Inspeção Federal

SIFISV Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal SIFISA Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal

SPIUNET Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

SMP Setor de Material e Patrimônio

SPOA Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

SPR Setor de Protocolo **STR** Setor de Transporte

TCU Tribunal de Contas da União

ULSAV Unidades Locais de Sanidade Agrícola e Vegetal

USDA United States Department of Agriculture UVAGRO Unidade de Vigilância Agropecuária

VIGIAGRO Serviço de Vigilância Agropecuária Internacional

<u>LISTA DE QUADROS, TABELAS, FIGURAS, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC.</u>
Quadro A.1.1 - Identificação da UJ ó Relatório de Gestão Individual SFA/RN11
Quadro A.2.2.1 ó Execução Física das Ações realizadas pela UJ nas Ações de Fiscalização de Sementes e Mudas, de Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes e de Fiscalização de Serviços Agrícolas.
Quadro A.2.2.2 ó Execução Física das Ações realizadas pela UJ nas Ações de Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos de Origem Vegetal
Quadro A.2.2.3 ó Execução Física das Ações realizadas pela UJ nas Ações de Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais, de Vigilância Fiscalização e Transito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos e de Erradicação da Mosca da Carambola
Quadro A.2.2.5 ó Execução Física das Ações realizadas pela UJ - Ação 2019 ó Fiscalização de Material Genético Animal
Quadro A.2.2.6 ó Execução Física das Ações realizadas pela UJ - Ação 2124 ó Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal
Quadro A.2.2.7 ó Execução Física das Ações realizadas pela UJ - Ação 2140 - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário
Quadro A.2.2.8 ó Execução Física das Ações realizadas pela UJ - Ação 4842 ó Erradicação da Febre Aftosa
Quadro A.2.2.9 ó Execução Física das Ações realizadas pela UJ - Ação 8658 - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais
Quadro A.2.2.10 ó Execução Física Das Ações Realizadas Pela UJ - Ação 2139 - Vigilância E Fiscalização Do Trânsito Interestadual De Animais, Seus Produtos E Insumos24
Quadro A.2.2.12 ó Execução Física das Ações Realizadas pela UJ - Ação 8938 ó Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal29
Quadro A.2.2.13 ó Execução Física das Ações Realizadas pela UJ - Ação 4720 ó Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica
Quadro A.2.2.14 ó Execução Física das Ações Realizadas pela UJ - Ação 8606 ó Desenvolvimento da Agricultura Orgânica ó Pró-Orgânico
Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias
Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa
Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação
Receptuos por Movimentação
Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação
Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores
Quadro A.5.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2011
Quadro A.5.2 ó Situações que reduzem a força de trabalho da UJ ó Situação em 31/12/2011.41
Quadro A.5.3 ó Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ - Situação em 31/12/2011
Quadro A.5.4 ó Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação em 31/12/201143
Quadro A.5.5 ó Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação em 31/12/2011
Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação em 31/12/201145
Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação em 31/12/201145
Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários
Quadro A.5.9 - Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2009, 2010 e 2011.
Quadro A.5.10 ó Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados
Quadro A.5.11 - Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados
Quadro A.5.12 ó contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva
Quadro A.5.13 ó Contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra50
Quadro A.6.1 ó Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência
Quadro A.6.2 ó Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios55
Quadro A.6.3 ó Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes

Quadro A.6.4 o Resumo da prestação de contas sobre transferencias concedidas j	•
modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse	55
Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e C	Contratos de
Repasse	56
Quadro A.8.1 ó Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da	*
obrigação de entregar a DBR	59
Quadro A.9.1 ó Estrutura de controles internos da UJ	60
Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	62
Quadro A.11.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Prop	riedade da
União	63
Quadro A.11.2 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados	s de Terceiros
	64
Quadro A.11.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob a responsabilidade da UJ	
Quadro A.12.1 ó Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionad	a 66
Quadro A.13.1 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Por	tador67
Quadro A.13.2 ó Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)	69

SUMÁRIO

PARTE A ó	INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A GESTÃO1	1
1. INFORM	AÇÕES DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA1	1
1. INFORM	MAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA I RA 12	Ε
2.1	Responsabilidades Institucionais da Unidade Jurisdicionada	2
2.2 Estratégi	ias de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais	6
2.3	Programas e Ações sob a Responsabilidade da Unidade Jurisdicionada	8
2.3.1	Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ	8
2.3.2 ó Exec	eução física das ações realizadas pela UJ	9
	OGRAMA 0375 - QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS GETAL)19	
	ROGRAMA 0356 - SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS GETAL)20	
2.3.2.3 - P VEGETAL)	ROGRAMA 0357 - SEGURANÇA DA SANIDADE AGROPECUÁRIA (ÁREA 21	4
2.3.2.7 AGROPECU	PROGRAMA 0375 6 QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇO: UÁRIOS (ÁREA ANIMAL)2	
2.3.2.8 (ÁREA ANI	PROGRAMA 0357 6 SEGURANÇA DA SANIDADE NA AGROPECUÁRIA (MAL)2-	
2.3.2.9 BEBIDAS (.	PROGRAMA 0356 - SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS I ÁREA ANIMAL)2	
2.3.2.10 - P	ROGRAMA 1442 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO 31	Э
	PROGRAMA 1426 6 CONSERVAÇÃO, MANEJO E USO SUSTENTÁVEL DA DIVERSIDADE	
2.4	Desempenho Orçamentário e Financeiro	3
2.4.1	Programação Orçamentária e Financeira	3
1.1.1.2	Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa	6
2.4.4.2	Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação3	6

2.4.4.3	Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação 36
2.4.5 movimentaçã	Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por ão 37
2.4.6 movimentaçã	Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por ão 38
2.4	Indicadores Institucionais
1. PAGAR DE	INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A EXERCÍCIOS ANTERIORES
4.1 Pagan	nentos e cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores39
4.2	Análise Crítica
5.	INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UJ40
5.1	Composição do Quadro de Servidores Ativos
5.2	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas
5.3	Composição do Quadro de Estagiários
5.4	Custos associados à manutenção dos recursos humanos
5.5	Locação de mão-de-obra mediante contratos de prestação de serviços49
5.6	Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos
DE COMP	INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, DE REPASSE, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO PROMISSO OU OUTROS ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS RES, VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA
	INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CIDAS NA LEI Nº 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993, RELACIONADAS À E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS59
	INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE DA UJ
SUSTENTA TECNOLOC TENDO CO 2/2010, AMI	INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE BILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, MATERIAIS DE GIA DA INFORMAÇÃO (TI) E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS, MO REFERÊNCIA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2010 E A PORTARIA Nº BAS DA SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO E INFORMAÇÕES

INTRODUÇÃO

Este Relatório de Gestão do Exercício de 2011 segue as orientações do Tribunal de Contas da União e da Controladoria Geral da União¹, com informações e dados sobre a economicidade, a eficácia, a eficiência e a efetividade dos serviços públicos prestados pela Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio Grande do Norte (SFA-RN), unidade descentralizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), com o intuito de facilitar uma análise crítica pelos órgãos de controle externo do Governo Federal.

Seu conteúdo se compõe de uma primeira parte, com as Informações Gerais sobre a Gestão e de uma segunda parte, constituída das Informações Contábeis da Gestão. Não se aplicam à realidade da SFA/RN neste Relatório de Gestão 2011 os seguintes itens constantes na Portaria nº 108/2011 do TCU: na parte de Informações Gerais sobre a Gestão: 2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a Responsabilidade da UJ: Quadros A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo; 3. Informações sobre o rreconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos e 14. Informações sobre as renúncias tributárias sob a gestão da Unidade Jurisdicionada e o Quadro A.2.6 ó Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência. 2.4.2 Programação de Despesas Correntes.

As páginas seguintes contêm informações sobre as responsabilidades institucionais da SFA/RN e o seu papel na execução das políticas públicas federais relacionadas à agricultura, pecuária e ao desenvolvimento rural do Estado do Rio Grande do Norte. Este documento relaciona os Programas e as Ações do Plano Plurianual de Ação ó PPA para o período de 2008/2011, em execução pelos diversos serviços finalísticos e de apoio administrativo desta Superintendência, apresentando as suas metas físicas e orçamentárias programadas e executadas, além de informações técnicas e gerenciais.

As informações sobre a inserção da SFA/RN no Plano Estratégico do MAPA 2006/2011, assim como os Indicadores Institucionais (item 2.4.7) e os Indicadores gerenciais de recursos humanos (item 5.6) encontram-se consolidadas no Relatório de Gestão 2011 apresentado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) ao TCU. Neste documento são apresentadas apenas as ações executadas por esta Superintendência que impactam nos objetivos estratégicos do Projeto õProdutos e Serviçosö, na Perspectiva dos Processos Internos, ou sejam: a) garantir a inocuidade e a qualidade dos alimentos, b) desenvolver e garantir o acesso às tecnologias, c) buscar maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio e d) estimular a agregação de valor na produção agropecuária.

Finalmente, registra-se a manutenção da sólida parceria entre a SFA/RN e a Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca (SAPE) do Governo do Rio Grande do Norte, através do Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do Rio Grande do Norte (IDIARN), na reestruturação do sistema estadual de defesa e inspeção agropecuária. Saliente-se também o esforço do MAPA, através do Ministro de Estado e de sua Secretaria Executiva, para dotar a SFA/RN de uma estrutura organizacional e de um modelo de gestão pública voltado para resultados e para o atendimento ao cidadão norte-rio-grandense, iniciado anos atrás.

Natal/RN, Março de 2012.

JOSÉ TEIXEIRA DE SOUZA JÚNIOR Superintendente Federal de Agricultura no Estado do Rio Grande do Norte

Decisão Normativa TCU nº 108, de 24nov2010 - Decisão Normativa TCU nº117, de 19out2011 - Instrução Normativa TCU nº 63/2010; Portaria TCU nº 123/2011; e Portaria CGU nº 2546/2010.

PARTE A 6 INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A GESTÃO

1. INFORMAÇÕES DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Relatório de Gestão Individual

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ ó Relatório de Gestão Individual SFA/RN

	ua ob o Kelatorio de Gestao murvidual Str	7/1/1								
Poder e Órgão de Vinculação										
Poder: Executivo										
Órgão de Vinculação: Ministério da	a Agricultura, Pecuária e Abastecimento ó MAPA		Código SIORG: 00014							
Identificação da Unidade Jurisdicionada										
Denominação completa: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio Grande do Norte										
Denominação abreviada: SFA/RN										
Código SIORG: 02808	Código LOA: 22101		Código SIAFI: 130023							
Situação: Ativa										
Natureza Jurídica: Administração										
	ção e Fiscalização das Questões Econômicas na Agr	icultura: Federal, Estadual,	Código CNAE: 8413-2/00							
Municipal										
	Telefones/Fax de contato: (084) 4006-9675 (084) 4006-9679 Fax : (084) 4006-9650									
E-mail: gab-rn@agricultura.gov.br										
Página na Internet: http://www.agr										
	iro Hildebrando de Góis, 150, Edifício Fernando Costa	, Ribeira, Natal/RN ó CEP 5	59010-700							
Normas relacionadas à Unidade Ju										
Normas de criação e alteração da										
Lei Delegada nº 09, de 11/10/1962 p										
	nadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionad									
Ÿ	• •	0 que criou o atual Regiment	to Interno das Superintendências Federais de Agricultura.							
	as às atividades da Unidade Jurisdicionada									
	da Agricultura, Pecuária e Abastecimento									
Unidades Gestoras e Gestões relac	ionadas à Unidade Jurisdicionada									
Unidades Gestoras relacionadas à	Unidade Jurisdicionada									
Código SIAFI	Nome									
		Não se Aplica								
Gestões relacionadas à Unidade Ju	ırisdicionada									
Código SIAFI Nome										

	Não se Aplica							
Relacionamento entre Unidades Ge	storas e Gestões	ras e Gestões						
Código SIAFI da Unidade Gestora Código SIAFI da Gestão								
	Não se Aplica	Não se Aplica						

Fonte: SePA/SFA-RN

1. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

2.1 Responsabilidades Institucionais da Unidade Jurisdicionada

Missão

A missão institucional da Superintendência Federal de Agricultura no Rio Grande do Norte é õpromover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileiraö.

De acordo com a Portaria Ministerial nº 428, de 9 de junho de 2010, que criou o novo Regimento Interno das Superintendências, a SFA/RN tem como atribuições legais a coordenação e a execução das políticas públicas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) voltadas para o Estado do Rio Grande do Norte.

Políticas públicas

Essas políticas públicas federais compreendem ações nas áreas de fiscalização de insumos agropecuários (sementes, mudas e viveiros; fertilizantes, corretivos e inoculantes; rações e concentrados; produtos para uso veterinário; serviços agropecuários, tais como a aviação agrícola), defesa sanitária agropecuária (controle zoossanitário e fitossanitário de doenças e pragas; credenciamento de clínicas veterinárias; e vigilância agropecuária internacional ó Porto e Aeroporto), inspeção e classificação de produtos de origem animal e vegetal, fomento à produção e ao desenvolvimento da política agropecuária (contratos de repasse, emendas parlamentares, indicação geográfica e agricultura orgânica).

Estrutura organizacional

A Figura 1 mostra o novo organograma da SFA/RN, cuja estrutura organizacional, constituída do Gabinete do Superintendente e de suas Seções (SAOD e SePA), das Divisões (DDA e DPDAG) e do Serviço de Apoio Administrativo (SAD), com suas Seções/ Setores/Núcleo compõem as unidades internas de gerência e execução operacional das atividades descritas neste documento. As principais atividades finalísticas da SFA/RN são executadas pelos Serviços de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal (SIFISA) e de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal (SIFISV) da Divisão de Defesa Agropecuária (DDA) e pela Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário (DPDAG). As atividades de apoio administrativo e operacional são executadas pelas seções, setores e núcleo do Serviço de Apoio Administrativo (SAD).

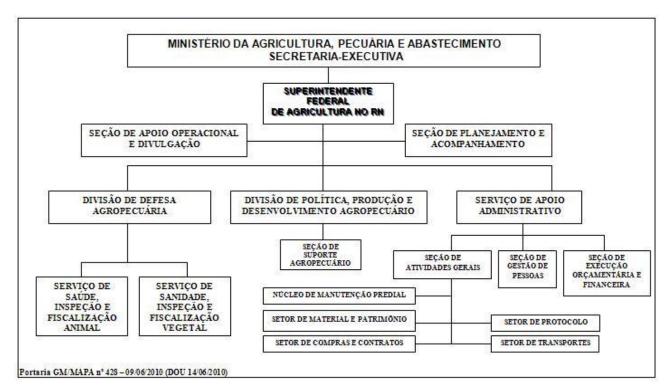


Figura 1 ó Organograma da Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Rio Grande do Norte

Intenções

No exercício de 2011 as intenções e as realizações da SFA/RN incluiram-se no apoio à continuidade das ações referentes às áreas de atuação em defesa agropecuária (fiscalização da produção, dos insumos e dos serviços agrícolas e pecuários), inspeção de produtos de origem agropecuária, sanidade vegetal/saúde animal, vigilância agropecuária interestadual e internacional e fomento à produção do agronegócio potiguar.

Neste sentido, foram desenvolvidas as ações finalísticas, que se encontram em maiores detalhes descritas neste Relatório de Gestão 2011, como por exemplo: nas áreas aduaneiras, com a Polícia Federal e a Receita Federal, na apreensão de drogas ilícitas e na criação de serviços de inteligência na vigilância internacional no Porto de Natal e no Aeroporto Internacional Augusto Severo; na continuidade das ações na exportação de frutas (cucurbitáceas, manga e banana, entre outras); no controle de qualidade sobre os produtos de origem vegetal (água de coco e polpa de frutas), importante segmento do agronegócio para a economia regional, pela geração de emprego e renda na categoria sócio-econômica dos pequenos agricultores e de suas famílias; na fiscalização no controle da conformidade de produtos e insumos agropecuários e no atendimento às demandas do Ministério Público Federal e Estadual; na intensificação de esforços para inclusão do Estado do Rio Grande do Norte na Área Livre de Febre Aftosa, com vacinação; no contínuo monitoramento da incidência de doenças nos rebanhos potiguares, algumas com interesse em saúde pública, visto que são consideradas como ozoonoseso; na garantia e certificação dos produtos de origem animal para o mercado nacional e internacional; no credenciamento de organizações de controle social para a garantia dos produtos orgânicos destinados aos consumidores potiguares; no aumento do número de produtores orgânicos, com o início em 2011 da vigência do Sistema Brasileiro de Avaliação e Conformidade do Produto Orgânico (SISOrg); na análise e controle das propostas de repasses e de convênios do MAPA no Rio Grande do Norte; na permanência e ampliação no Estado do Rio Grande do Norte da Área Livre das Moscas das Frutas, fato que contribui para o aumento e abertura de novos mercados para as frutas produzidas no estado; nas ações para a implantação do Programa

de Indicação Geográfica (IG), voltado para a identificação e promoção de produtos regionalmente conhecidos, tais como õQueijo do Seridóö; no lançamento e divulgação do Programa de Agricultura de Baixo Carbono (ABC), um dos programas do Governo Federal para fazer frente ao desafio assumido de reduzir a emissão de gases de efeito estufa, durante a Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP 15), em 2009; no apoio ao desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas (Programa de Produção Integrada); na criação de comissões técnicas para o estabelecimento de padrão dos produtos cultivados no sistema de produção integrada; nas ações de monitoramento da Influenza Aviaria em sitios de aves migratórias no estado (Galinhos/Galos e Barra de Cunhaú).

Há que se referir também a ações na gestão do apoio administrativo ou área meio, como é conhecida também. As diversas Seções e Setores do Serviço de Apoio Administrativo (SAD) se voltaram para o apoio aos serviços finalísticos da SFA/RN, de modo a permitir a consecução de suas atividades e o atingimento das metas estipuladas.

Impactos

Essas intenções descritas anteriormente tiveram grandes impactos no desenvolvimento sócioeconômico do segmento da agropecuária potiguar, considerando-se que houve melhorias na redução de custos para os fruticultores e maior competitividade nos mercados nacional e internacional; no interesse demonstrado pelos importadores norte-americanos; na inclusão de produtores informais de polpa de frutas no sistema oficial do MAPA para registro de estabelecimentos e produtos agropecuários; na possibilidade de acesso ao consumidor final de produtos dentro de padrão de qualidade, tais como farináceos e cereais; na oferta ao mercado interno de frutas e hortaliças com o controle de resíduos de agrotóxicos; no acesso dos agricultores aos insumos agrícolas, como sementes, mudas, fertilizantes, corretivos e agrotóxicos dentro de suas especificações e garantias mínimas de cada produto; na crescente preocupação dos pecuaristas quanto à necessidade da intensificação do controle de doenças, com vacinação e realização de exames para doenças dos rebanhos e aumento na emissão de documentos de trânsito animal; na notificação de doenças dos animais, com consequente saneamento de foco e/ou eliminação de animais positivos, reservatórios de enfermidades que oferecem riscos à saúde de outros animais e também da população; no incremento na qualidade da produção e comercialização de insumos pecuários, em virtude da fiscalização e do registro junto ao MAPA de novas fábricas, lojas e laboratórios que trabalham no ramo; na garantia de mais alimentos de origem animal seguros para a população potiguar, devido aos novos Estabelecimentos Relacionados (ER) ou com registro no Serviço de Inspeção Federal (SIF) na SFA-RN; no aumento da oferta de produtos orgânicos certificados por terceiros (certificadoras) e pelo Sistema de Participativo de Garantia (SPG); na garantia da qualidade dos produtos orgânicos oferecidos ao consumidor; no crescimento do número de feiras de produtos orgânicos cadastradas na SFA/RN; no crescimento do número de produtores orgânicos cadastrados; no estabelecimento do padrão de Produção Integrada do melão; na identificação, promoção e certificação de produtos regionais de nomes já consagrados; na garantia da correta aplicação dos recursos federais destinados aos contratos de repasses; e no lançamento e obrigatoriedade do uso do selo SISOrg para produtos certificados por terceiros.

No campo do apoio administrativo aos serviços finalísticos houve também alguns impactos, tais como melhoria nos processos internos no desenvolvimento de ações voltadas para a padronização e modernização dos processos administrativos, com foco no desenvolvimento da competência e na excelência na prestação dos serviços aos clientes internos e externos, como, por exemplo, na atualização sistemática da legislação aplicável aos processos relativos a compras e contratos; na implantação de sistemática para análise dos perfis individuais dos servidores administrativos, para melhor alocá-los nos setores e proporcionar ao gestor o indicativo de servidores com perfil para exercício de chefias.

Dificuldades e barreiras

Entretanto, há também que se registrar dificuldades e barreiras encontradas neste caminho para se atingir essas intenções e impactos, tais como a descontinuidade no fluxo de recursos orçamentários e financeiros do MAPA para o sistema estadual de defesa e inspeção agropecuária, provocado pela mudança na gestão administrativa do Governo do Rio Grande do Norte, que culminou com a não celebração do convênio para as áreas animal e vegetal e que contribuiu para o impacto negativo na execução do Plano de Trabalho a ser executado em 2011. Outros fatores que dificultaram o atendimento das metas da SFA/RN para 2011 foram: a limitação na concessão de diárias para as viagens a serviço, determinadas pela administração central do Governo Federal, que muito embora tenham sido programadas nos planos operativos anuais, dificultaram o alcance das metas e demandas dos diversos serviços finalísticos; a descentralização tardia de recursos orçamentários e financeiros, afetando a execução das ações planejadas nos planos operativos anuais e a reestruturação física e de equipamentos da SFA/RN, principalmente a incompatibilidade dos equipamentos de informática, em quantidade e qualidade para a execução dos trabalhos; o contingenciamento de recursos pela Secretaria de Desenvolvimento e Cooperativismo (SDC), com a sua implicação direta no deslocamento dos servidores para proferir palestras e ministrar oficinas e seminários; o quadro funcional da DPDAG, já abaixo do número crítico (2 fiscais e um auxiliar), comprometendo o desempenho da respectiva Divisão no alcance de suas metas; a carência de treinamento em áreas específicas, tais como em Indicação Geográfica (IG) e no SICONV.

Aprendizado e superações

De todo o modo foram geradas situações que resultaram no aprendizado e na superação dessas dificuldades e barreiras, tais como: as gestões feitas junto à administração central do MAPA para a ampliação no número de diárias excedentes ao limite estabelecido pela Secretaria Executiva e a respectiva liberação, não criando solução de continuidade; o reconhecimento pela Assessoria de Gestão Estratégica (AGE) do nível de conhecimento em Gestão Estratégica dos gestores e servidores da SFA/RN, com a obtenção do segundo lugar na pesquisa nacional realizada em 2011 por aquela assessoria do Gabinete do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Em 2010 esta Superintendência obteve o primeiro lugar entre as SFA's ; o atendimento pela SFA/RN às várias ações delegadas ao Governo do Rio Grande do Norte que, em virtude da falta de recursos orcamentários e financeiros não as executou; a criação do opoolo de Fiscais Federais Agropecuários para o atendimento da demanda pela certificação zoossanitária da produção agropecuária; a consolidação do sistema de comunicação interna com a manutenção da edição semanal do õIntercom/RNö e de seu exemplo como modelo para as demais SFA's; a melhoria no sistema da rede lógica e elétrica para a transmissão de dados e informações, com a implantação de projeto específico na SFA/RN, com o uso de fibras óticas e modernos equipamentos; a consolidação do modelo de gestão pública na SFA/RN, criado em 2009, com a efetividade da realização das reuniões semanais do Comitê de Gestão Estratégica, presidido pelo Superintendente e integrado pelos demais gestores da SFA/RN, com vistas a acompanhar, avaliar e coordenar as ações internas em execução na Superintendência; e a continuidade nas ações das áreas finalísticas e de meio, em face da relativa redução dos recursos orçamentários e financeiros alocados para a manutenção da Superintendência.

2.2 Estratégias de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) desde 2004 iniciou um amplo diálogo com o setor agropecuário na busca de soluções para quatro grandes questões de tendências globais e nacionais: a) consumo nacional e mundial de produtos agropecuários daqui a duas ou três décadas; b) demandas que o agronegócio poderá atender e c) como o Brasil poderá participar do atendimento dessas demandas e d) quais políticas públicas o MAPA precisa desenvolver para respondê-las.

Na busca de soluções negociadas, criou diversas Câmaras Setoriais, com o objetivo de melhor identificar as suas necessidades. Entretanto, era preciso adequar a instituição a essas mudanças. Paralelamente a um processo de reestruturação organizacional, fundamentado no Modelo de Excelência da Gestão Pública (MEGP), foi iniciada a implantação de um processo de gestão estratégica, como forma de dar respostas às demandas a curto, a médio e a longo prazo.

A criação da Assessoria de Gestão Estratégica (AGE) pelo Decreto nº 5351, de 21 de janeiro de 2005, vinculada diretamente ao Gabinete do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento foi o primeiro e importante passo, acrescido posteriormente com a publicação da Portaria nº 423, de 10 de outubro de 2005, instituindo a gestão estratégica no MAPA.

No desdobramento dos 25 (vinte e cinco) Objetivos Estratégicos do MAPA, 4 (quatro) deles têm alto impacto sobre as ações executadas pela SFA/RN:

- Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos:
 - a) Prevenção, erradicação e controle de pragas e doenças no setor agropecuário através das ações executadas pelas áreas de Defesa Animal e Defesa Vegetal, tendo-se como instrumentos desse controle os certificados zoo e fitossanitários utilizados no trânsito nacional e internacional de produtos agropecuários que circulam pelo estado do Rio Grande do Norte como por exemplo, frutas e pescados;
 - b) Controle de qualidade dos produtos alimentícios de origem animal e vegetal, nos pontos de produção, comercialização, importação e exportação, executados pelas áreas de Inspeção Animal e Inspeção Vegetal, com a impressão do Registro no MAPA para os produtos vegetais e o carimbo do SIF (Serviço de Inspeção Federal) para produtos de origem animal;
 - c) Controle de qualidade dos insumos agropecuários executados pelas equipes de fiscalização lotadas nas áreas de Insumos Agrícolas e Pecuários da SFA RN, atuando nos estabelecimentos produtores, comerciantes, importadores e exportadores, assegurando ao produtores agropecuaristas a certeza da qualidade dos insumos (fertilizantes, sementes, pesticidas, rações, medicamentos veterinários, etc.) utilizados no desenvolvimento de suas atividades;
 - d) Educação Fitossanitária, abrangendo todas as áreas já descritas, através de trabalhos de conscientização de produtores, comerciantes e consumidores sobre a importância da manutenção de procedimentos que garantam a segurança alimentar dos produtos de origem agropecuária.
- Buscar maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio:

Integração das cadeias produtivas do agronegócio com as atividades focadas na defesa animal e vegetal, zoneamento agroecológico, zoneamento econômico, risco climático através da disponibilização de informações sobre clima e temperatura, acompanhamento e informações atualizadas sobre os mercados e suas projeções futuras.

- Estimular a agregação de valor na produção agropecuária:

Implementação e desenvolvimento dos processos de rastreabilidade, certificação de origem, indicação geográfica, produção integrada, produção orgânica, entre outras.

- Desenvolver e garantir o acesso a tecnologias:

Incentivo a utilização de novas técnicas de manejo e cultivo agropecuário, com foco em sustentabilidade, como plantio direto na palha, recuperação de áreas degradadas, integração lavoura-pecuária-floresta, plantio de florestas comerciais, fixação biológica de nitrogênio e tratamento de dejetos animais. Todas estas técnicas estão contidas no escopo do Programa ABC ó Agricultura de Baixo Carbono ó que no exercício de 2011, foi lançado pela SFA, durante a realização da 50ª edição da Exposição Estadual de Agropecuária - Festa do Boi no estado.

Isso, entretanto, não significa que os demais Objetivos Estratégicos não tenham direta ou indiretamente alguma influência e impacto sobre os diversos serviços finalísticos e de apoio administrativo existentes na Superintendência.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) atua como órgão executor de 22 (vinte e dois) programas do PPA 2008-2011. Dentre eles, 8 (oito) programas foram desenvolvidos no exercício de 2011 no Estado do Rio Grande do Norte, correspondendo a 19 (dezenove) ações. A SFA/RN atua e contribui para o alcance das metas nacionais desses programas governamentais e as ações correspondentes, os objetivos e os beneficiários, respectivamente, assim como as metas físicas estão descritas neste relatório.

Os resultados das ações executadas pelos serviços da Divisão de Defesa Agropecuária (DDA) e Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário (DPDAG) são apresentados nos diversos quadros e tabelas, mencionando-se a descrição das atividades da ação, as metas programadas e alcançadas, o desempenho operacional e os resultados alcançados, analisados criticamente, considerando os seus aspectos positivos e as suas oportunidades de melhoria.

Convém mencionar que as metas que constam neste relatório são aquelas para as quais foram descentralizados créditos orçamentários e financeiros para a Superintendência no exercício de 2011.

No que se refere à política agrícola houve uma participação decisiva da SFA/RN na divulgação das novas ações, no intuito de melhor atender ao cidadão-consumidor final, dando a garantia do consumo de produtos saudáveis e com a sua qualidade assegurada. Por outro lado houve ações incisivas nos programas e políticas públicas inovadoras, tais como, o Programa ABC, cuja preocupação é não apenas com os seus resultados econômicos, mas também e, sobretudo, com o homem e o planeta. Nesta mesma linha seguem as ações feitas através dessa SFA/RN para o incremento da produção e do consumo dos produtos orgânicos, que se concretizaram na criação da Comissão da Produção Orgânica ó CPOrg/RN, na sua divulgação e nas palestras realizadas.

A vocação do Estado do Rio Grande do Norte para a produção de frutas, a cada ano, se concretiza através da exportação e do atendimento ao consumo interno de frutas, que atenda ao mercado, cada vez mais exigente. A SFA/RN, consciente dessa realidade e das exigências desse mercado e das normas internacionais, faz um esforço para manter a produção integrada (PI Brasil) e as áreas livres de pragas quarentenárias, o que permite a exclusividade do Rio Grande do Norte exportar três tipos de frutas (mamão, melão e manga) para o exigente mercado norte-americano.

Todas essas ações desenvolvidas pela SFA/RN são resultados de uma rede de relacionamento interinstitucional, tanto no setor público, como no setor privado, resultando em impactos positivos na política agropecuária do estado, com efeitos positivos na área produtiva e, principalmente, na área social. Citam-se como exemplos desse esforço, a articulação desta Superintendência com a Embrapa e a COEX/RN, para a criação do Projeto do Núcleo Tecnológico para a Fruticultura no Semi-Árido do Rio Grande do Norte, em estudos avançados; a mobilização com o setor produtivo

rural (ANORC, FAERN e outras entidades de classe) para a mudança do status do Rio Grande do Norte para a Área Livre de Febre Aftosa, com vacinação e reconhecimento do Escritório Internacional de Epizootias (OIE); o bom relacionamento com a administração central do MAPA, que tem resultado em apoio a eventos nacionais e internacionais, cuja escolha de sua sede recai na capital potiguar, com resultados impactantes no contexto tecnológico e social, tais como: o Congresso Internacional de Apicultura, o Congresso Brasileiro de Sementes, a Reunião Nacional de Fiscalização em Insumos Agrícolas e outras reuniões e seminários promovidos pelos departamentos técnicos do MAPA.

No que pese a SFA/RN ainda contar no seu dia-a-dia com as dificuldades na área de pessoal e de recursos orçamentários e financeiros, tem conseguido superá-las e atingir seus objetivos estratégicos e operacionais, através de um esforço conjunto de seus gestores, servidores e colaboradores.

2.3 Programas e Ações sob a Responsabilidade da Unidade Jurisdicionada

2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

A SFA/RN executa 8 (oito) Programas Finalísticos de Governo que constam do Plano Plurianual de Ação (PPA) 2008/2011 do Governo Federal, distribuídos em 19 (dezenove) Ações. As Ações destes Programas são executadas pelos diversos serviços finalísticos, relacionados a seguir, sob a coordenação direta da Divisão de Defesa Agropecuária (DDA) e da Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário (DPDAG) da Superintendência, que, por sua vez seguem orientações e a gestão estratégica da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) e da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC) do MAPA.

Deve-se observar que 3 (três) Programas Finalísticos de Governo ó Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas, Segurança da Sanidade na Agropecuária e Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários, contemplam as áreas vegetal e animal. Neste Relatório, em decorrência da existência de 2 (dois) serviços distintos na estrutura regimental da Superintendência ó Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal (SIFISV) e Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal (SIFISA) ó a apresentação referencial dos resultados alcançados nesses Programas Finalísticos teve de ser duplicada.

Executa também 1 (um) programa de apoio administrativo, responsável pela Manutenção das Atividades de Apoio Administrativo (MANUT), sob a coordenação do Serviço de Apoio Administrativo e de suas diversas Seções e Setores, que seguem as orientações da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) da Secretaria-Executiva do MAPA.

Os Programas de Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários (Área Vegetal e Área Animal), de Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas (Área Vegetal e Área Animal) e de Segurança da Sanidade Agropecuária (Área Vegetal) e de Segurança e Saúde Animal, são de responsabilidade, respectivamente, do Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal (SIFISV) e do Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal (SIFISA), subordinados à Divisão de Defesa Agropecuária ó DDA da SFA/RN e seguem as orientações técnicas da Secretaria de Defesa Agropecuária ó SDA e de seus respectivos Departamentos e Coordenações Gerais.

2.3.2 ó Execução física das ações realizadas pela UJ

2.3.2.1 - PROGRAMA 0375 - QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS (ÁREA VEGETAL)

Ação 2179 ó Fiscalização de Sementes e Mudas

Ação 2141 ó Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes

Ação 2177 ó Fiscalização de Serviços Agrícolas

Quadro A.2.2.1 ó Execução Física das Ações realizadas pela UJ nas Ações de Fiscalização de Sementes e Mudas, de Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes e de Fiscalização de Servicos Agrícolas.

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	de Medida prevista r		Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012	
20	603	0375	2179	A	3	Fiscalização realizada (Unidade)	327	412	A ser definida
20	603	0375	2141	A	3	Fiscalização realizada (Unidade)	185	68	A ser definida
N/A	N/A	0375	2177	N/A	1/2/3/4	Fiscalizaçãorealiza da (Unidade)	6	-	SDC

Fonte: SIPLAN/SIFISV/DDA/DPDAG/SFA/RN

Análise Crítica Sementes e mudas

Quanto à fiscalização de sementes e mudas, os resultados obtidos foram bastante satisfatórios onde conseguiu-se atingir mais de100% da meta estabelecida para as ações relativas ao programa, fruto do empenho de toda a equipe e de todo apoio dado pelo DFIA, sob o ponto de vista técnico, de planejamento e de coordenação.

Fertilizantes, corretivos e inoculantes

Os resultados alcançados na fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes ficaram abaixo das metas estabelecidas, especialmente no que se trata do número de fiscalizações que deveriam ser realizadas.

Tal fato deve-se à saída, em setembro de 2010, do fiscal que, por vários anos, foi o responsável pelo PI FISFECOI, resultando na grande desaceleração da ação em razão da falta da experiência e do treinamento dos fiscais que ficaram encarregados dessa ação.

Outro fato que contribuiu para o não cumprimento da meta foi a restrição no número de diárias e nos valores disponíveis para viagens a serviço, determinados pelo Decreto 7.446/2011. Cita-se ainda a falta de conhecimento sobre o universo de ação da fiscalização de fertilizantes, o que resultou em uma meta superestimada para ser cumprida.

A referida informação sobre o universo de ação sob a responsabilidade da fiscalização de insumos agrícolas tem sido apurada e aprimorada ao longo dos anos. Os resultados já estão previstos para o ano de 2012. Através dos levantamentos realizados, georreferenciamento das ações, retroalimentação do planejamento e compilação de dados, em conjunto e sob a coordenação do

Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas (DFIA) em Brasília, já se tem definido e constando no POA 2012 os estabelecimentos, suas localizações, rotas de fiscalização, período de abordagem em função da sazonalidade do plantio, que reflete na disponibilidade dos insumos nos pontos a serem fiscalizados.

Serviços agrícolas

A Ação 2177 ó Fiscalização de Serviços Agrícolas, embora seja vinculada ao Programa da Qualidade de Insumos Agropecuários, é de responsabilidade de execução do DPDAG. Em 2011 foram programadas 6 fiscalizações, conforme meta preestabelecida pela Coordenação. Em decorrência de não haver FFA lotado na DPDAG para exercer a atividade de Fiscalização da Aviação Agrícola, esta Ação deixou de ser realizada.

A DPDAG que tem sob a sua responsabilidade 21 PIs (Programas Internos) precisa urgentemente ser reestruturada no que diz respeito a Fiscais, pois a situação para 2012 é ainda mais precária. Se em 2011 a Divisão contava com um quadro reduzidíssimo (três pessoas: dois fiscais e um auxiliar), agora só conta com a chefia e o auxiliar, com o falecimento de um dos fiscais).

Para execução em 2011 foram programadas 06 fiscalizações, conforme meta preestabelecida pela Coordenação.Em decorrência de não haver Fiscal Federal Agropecuário - FFA, lotado na Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário ó DPDAG para exercer a atividade de Fiscalização da Aviação Agrícola, (que é exclusiva do FFA com treinamento específico) esta Ação deixou de ser realizada, em que pese a orientação da Secretaria de Desenvolvimento e Cooperativismo ó SDC, de que o Fiscal com esta qualificação, mesmo lotado em outro serviço, desenvolva a atividade, quando solicitado. Essa solicitação foi feita reiterada vezes, conforme se constata pelos memorandos números: 006/2011DPDAG/SFA-RN, 011/2011DPDAG/SFA-RN, e 013/2011DPDAG/SFA-RN.

Esta DPDAG tem sob sua responsabilidade 21 PIs (Programas Internos) precisa urgentemente ser reestruturada no que diz respeito a fiscais, pois a situação de 2012 é ainda mais precária. Se em 2011 a Divisão contava com um quadro reduzidíssimo (três pessoas: dois fiscais e um auxiliar administrativo), agora só conta com a chefia, sem substituto, e o auxiliar.

2.3.2.2. - PROGRAMA 0356 - SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS (ÁREA VEGETAL)

Ação 8939 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal

Ação 4746 - Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos de Origem Vegetal

Quadro A.2.2.2 ó Execução Física das Ações realizadas pela UJ nas Ações de Padronização,

Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos de Origem Vegetal

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
20	125	0356	8939	A	4	Fiscalização realizada	91	64	A ser definido
20	125	0356	4746	Λ	4	(Unidade) Produto	118.220	138.603	A ser definido
20	123	0530	4/40	A	4	fiscalizado (Tonelada)	118.220	138.003	A ser definido

Fonte: SIPLAN/SIFISV/DDA/SFA/RN

Análise Crítica

Em relação à Inspeção e Fiscalização de estabelecimentos que trabalhem com bebidas e vinagres, salienta-se que o ano de 2011 foi marcado por uma grande demanda de serviços oriundos dos Ministérios Público Federal e Estadual, assim como de entidades diversas e de consumidores de uma forma geral.

Tais serviços dispensaram grandes esforços do setor de Bebidas e Vinagre desta Superintendência, prejudicando suas atividades principais, que focam na inspeção de estabelecimentos já registrados junto ao MAPA, visando garantir a segurança alimentar da bebida ou vinagre por eles elaborados. Dois pontos importantes reforçaram o não atendimento das metas acima: a) recursos humanos abaixo das necessidades mínimas exigidas pelo volume de serviços presentes no setor em tela e; b) corte nos recursos orçamentários, os quais dificultaram o cumprimento das fiscalizações programadas para o interior do estado.

2.3.2.3 - PROGRAMA 0357 - SEGURANÇA DA SANIDADE AGROPECUÁRIA (ÁREA VEGETAL)

Ação 8572 ó Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais

Ação 2134 ó Vigilância Fiscalização e Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos

Ação 4738 - Erradicação da Mosca da Carambola

Ação 2180 ó Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos (Vigiagro ó Área Vegetal

Quadro A.2.2.3 ó Execução Física das Ações realizadas pela UJ nas Ações de Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais, de Vigilância Fiscalização e Transito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos e de Erradicação da Mosca da Carambola

	egetally head I Toutled & Insulator & the Elitable gas an interest an extransion												
Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012				
20	125	0357	8572	A	3	Área	153.350	178.351	A ser				
						controlada			definido				
						(Hectares)							
20	603	0357	2134	A	3	Fiscalização	25.000	20.121	A ser				
						realizada			definido				
						(Unidade)							
20	603	0357	4738	A	3	Área	5.279.679	5.279.679	A ser				
						controlada			definido				
						(Hectares)							
20	603	0357	2180	A	3	Fiscalização	4.320	4.955	6.000				
						Realizada							

Fonte: SIPLAN/SIFISV/DDA/SFA/RN

Análise Crítica

A execução das ações de Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais e de Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos, são de responsabilidade do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, por meio do Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do Rio Grande do Norte (IDIARN), por força da Lei Agrícola, nº 8.171/91 e do Decreto nº 5.741/06 (SUASA).

A execução das ações é custeada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), por meio de convênio com o IDIARN. O último repasse, por meio desse instrumento, vigorou até junho de 2011, quando a execução das metas obedecia a um cronograma regular,

previamente estabelecido. Doravante, foi suspensa a execução das ações de defesa sanitária vegetal pelo IDIARN, sob a alegação de falta de recursos financeiros.

O SIFISV/SFA-RN supervisionou, regularmente, a execução das ações do IDIARN enquanto elas foram implementadas pelo órgão estadual (junho/2011). A partir de então, o SIFISV vem tentando suprir essa deficiência na execução das metas de sanidade vegetal, enquanto o IDIARN se habilita a celebrar novo convênio com o MAPA ou providencia recursos próprios para a execução. No final das contas, a responsabilidade recai sobre o MAPA, como instância central e superior de defesa agropecuária.

Incansáveis tentativas foram feitas junto ao governo do estado no sentido de manter o convênio, tendo-se como resultado a renovação do mesmo para o período de 27/09 a 31/12/2015. O que não se concretizou, na realidade foi a transferência dos recursos, por dificuldades ocorridas no âmbito interno do estado do RN. Desta forma, além de terem sido mantidos o monitoramento e insistência junto ao estado no sentido de solucionar os problemas, esta SFA atendeu as ocorrências tidas como inadiáveis e remeteu a sua coordenadoria em Brasília, no inicio do corrente ano, informações sobre a gravidade da possível descontinuidade que poderia haver caso o convênio não fosse concretizado, ao tempo em que fora solicitado orientação sobre como proceder nesse caso. As ações descritas estenderam-se, portanto, ao ano de 2012, ocasião em que nova proposta de convênio já fora inserida no SICONV.

Trânsito Internacional de Vegetais e seus Subprodutos (VIGIAGRO - Vegetal)

O desempenho operacional das ações de Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Subprodutos (*FISCPLANTA*) que constam do programa Segurança da Sanidade na Agropecuária, apresentaram desempenhos satisfatórios, fato que contribui para impedir a entrada de pragas e doenças, oriundas de outros países, com vistas a evitar danos a economia, ao meio ambiente e a saúde da população.

No entanto é importante destacar que para atingir os níveis nos resultados alcançados, principalmente, na ação do *FISCPLANTA*, foi necessária a criação de um õpoolö com Fiscais Federais Agropecuários de outros serviços no período de maior demanda.

A fiscalização do lixo de bordo de aviões e navios representam mais um ponto crítico para a eficácia das ações, devido a deficiência de infra-estrutura no porto e aeroporto e desativação do incinerador na área primária do Aeroporto. O lixo a bordo dos aviões é encaminhado ao aterro sanitário e destinado à incineração.

Continuam as unidades sem acesso à Internet e a inexistência de um sistema informatizado prejudica as ações de vigilância agropecuária internacional, impossibilitando o gerenciamento relacionado ao trânsito internacional de produtos de insumos agropecuários.

Quanto ao aspecto de dotação orçamentária, as atividades praticamente não tiveram alocação de créditos, no entanto, não ocorreram reflexos no desempenho físico das atividades, pois são unidades localizadas próximas à sede da Superintendência, no Porto de Natal, no bairro da Ribeira; e no Aeroporto Internacional Augusto Severo, na cidade de Parnamirim, situada na região metropolitana de Natal.

Quanto aos recursos alocados para solucionar a parte de logística da unidade do Porto de Natal relacionado à instalação da INTERNET, o processo licitatório não recebeu aval jurídico para operacionalizar o procedimento da contratação do serviço como emergência. Como o crédito foi liberado a esta unidade jurisdicionada no mês de Dezembro, tornou-se inviável a abertura de um pregão com o objetivo de contratar o referido serviço.

2.3.2.7 PROGRAMA 0375 ó QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS (ÁREA ANIMAL)

Ação 2019 ó Fiscalização de Material Genético Animal Ação 2124 ó Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal Ação 2140 - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário

Quadro A.2.2.5 ó Execução Física das Ações realizadas pela UJ - Ação 2019 ó Fiscalização de Material Genético Animal

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
20	Normatização e Fiscalização	0375	2019	A	3	Fiscalização realizada (Unidade)	9	4	4

Fonte: SIGPLAN/SIPLAN/DDA/SIFISA/SFA/RN

Quadro A.2.2.6 ó Execução Física das Ações realizadas pela UJ - Ação 2124 ó Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal

Funç	ão Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
20	Normatização e Fiscalização	0375	2124	A	3	Fiscalização realizada (Unidade)	171	101	120

Fonte: SIGPLAN/SIPLAN/DDA/SIFISA/SFA/RN

Quadro A.2.2.7 ó Execução Física das Ações realizadas pela UJ - Ação 2140 - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
20	Normatiza ção e Fiscalizaç ão	0375	2140	A	3	Fiscalização realizada (Unidade)	140	180	156

Fonte: SIGPLAN/SIPLAN/DDA/SIFISA/SFA/RN

Análise Crítica

Foram encontradas dificuldades, no que diz respeito à execução das metas físicas previstas, devido à ambientação dos profissionais às novas atividades das quais foram incumbidos, em decorrência da mudança do Regimento Interno das SFA.

Além da execução das fiscalizações, as outras atividades que apresentaram problemas de execução foram: os procedimentos de registro de estabelecimento e de relatoria de processos administrativos, resultantes das ações de fiscalização propriamente ditas.

Como ações de melhoria, pode-se destacar a participação dos técnicos em treinamentos e reuniões no intuito de ambientá-los e aperfeiçoá-los em suas novas funções. E mesmo com as dificuldades relatadas, houve incremento na Ação 2140, em virtude de diversas denúncias recebidas relativas ao comércio de produtos veterinários, e por isso conseguiu-se superar numericamente a meta planejada nesta ação.

Complementa-se, informando que, com a mudança do regimento e com a adequação dos profissionais FFAøs de formação em medicina veterinária e farmácia, lotados no serviço e com as atribuições das ações, houve a necessidade de adaptação às metas e atividades das áreas de fiscalização de material genético e de alimentação para animais, justificando o não atingimento do previsto corrigido para as ações de Fiscalização de Material Genético Animal e Fiscalização de Insumos destinados à Alimentação Animal, constantes do SIPLAN.

Com relação à ação de Fiscalização de Produtos de uso Veterinário, também se teve a questão de adaptação do FFA às atividades, todavia a execução ficou acima do previsto, em decorrência da intensificação das denúncias por parte do órgão executor estadual, de irregularidades de estabelecimentos que comercializam vacina de Febre aftosa durante a campanha.

2.3.2.8 PROGRAMA 0357 ó SEGURANÇA DA SANIDADE NA AGROPECUÁRIA (ÁREA ANIMAL)

Ação 4842 ó Erradicação da Febre Aftosa

Ação 2139 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos, Ação 8658 - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais Ação 2181 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Subprodutos Quadro A.2.2.8 ó Execução Física das Ações realizadas pela UJ - Ação 4842 ó Erradicação da Febre Aftosa

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
20	Defesa Sanitária Animal	0357	4842	A	3	Km²	52.797	0	52.797

Fonte: SIGPLAN/SIPLAN/DDA/SIFISA/SFA/RN

Quadro A.2.2.9 ó Execução Física das Ações realizadas pela UJ - Ação 8658 - Prevenção, Controle e Erradicação de Doencas dos Animais

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
20	Defesa Sanitária Animal	0357	8658	A	3	Unidade	35.000	9.370	20.000

Fonte: SIGPLAN/SIPLAN/DDA/SIFISA/SFA/RN

Quadro A.2.2.10 ó Execução Física Das Ações Realizadas Pela UJ - Ação 2139 - Vigilância E Fiscalização Do Trânsito Interestadual De Animais, Seus Produtos E Insumos

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
20	Defesa Sanitária Animal	0357	2139	A	3	Fiscalização Realizada	31.000	30.758	30.000

Fonte: SIGPLAN/SIPLAN/DDA/SIFISA/SFA/RN

Quadro A.2.2.11 ó Execução Física das Ações Realizadas pela UJ - Ação 2181 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Subprodutos

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
20	604	0357	2181	A	3	Fiscalização Realizada	5.000	4.343	5.000

Fonte: SIGPLAN/SIPLAN/DDA/VIGIAGRO/SIFISA/SFA/RN

Análise Critica

Convênio MAPA/SFA/RN/IDIARN

O acompanhamento da execução das ações pertinentes a todos os programas sanitários da área animal pelo Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do Rio Grande do Norte ó IDIARN, foi realizado de forma efetiva por este serviço, no que diz respeito ao Plano de Ação do Convênio MAPA/SFA-RN/IDIARN 001/2008, que foi encerrado em 30/06/2011 e fizeram parte das atividades programadas no SIPLAN para 2011.

A partir do fim da vigência deste convênio, em virtude da restrição de recursos próprios, sofrida pelo Instituto, suas atividades foram de sobremaneira diminuídas, o que acarretou o não cumprimento das metas deste SIFISA-RN para o ano de 2011 na Ação 8658. Ressalta-se ainda que, em virtude da escassez de recursos por parte do órgão executor, atividades emergenciais referentes ao programa de combate às doenças dos animais, mais especificamente do Programa Nacional de Erradicação de Febre Aftosa (PNEFA), do Programa Nacional de Sanidade Eqüídea (PNSE) e do Programa Nacional de Sanidade Avícola (PNSA), foram custeadas diretamente pelo SIFISA-RN, através de despesas com colaboradores eventuais.

Quanto à celebração do novo Convênio Plurianual 2011-2015, foi estabelecido um processo de parceria, com a discussão técnica para elaboração do Plano de Trabalho, de forma a contemplar todas as metas dos Programas de Erradicação da Febre aftosa e de Controle e Erradicação das Doenças dos Animais, agilidade na análise e parecer junto ao SICONV e na tramitação processual. Todavia, por problemas de inadimplências na esfera do governo estadual, não se teve a celebração do Convênio Plurianual para área animal. Tais esforços continuaram a ser empreendidos para que se obtenha êxito na celebração do Convênio Plurianual 2012-2015.

Erradicação de Febre Aftosa

No que se refere ao Programa Nacional de Erradicação de Febre Aftosa (PNEFA), o Estado do Rio Grande do Norte, juntamente com os estados de Alagoas, Ceará, Maranhão, Pernambuco e Piauí compõem o õCircuito Pecuário Nordesteö.

Esta UF permanece na condição do desenvolvimento das ações previstas no Plano de Ação elaborado pelo órgão executor em atendimento ao constante no Relatório de Auditoria de Avaliação, visando a inclusão na Área Livre de Febre Aftosa com Vacinação. No que diz respeito ao SIFISA-RN, foram executadas as Supervisões nas Unidades Locais de Saúde Animal, quanto ao cumprimento das ações e metas do Programa de Erradicação de Febre Aftosa e, de acordo com estas Supervisões, verificou-se a dificuldade do órgão executor estadual no cumprimento das metas supra relacionadas.

Houve inclusive um foco de doença vesicular no município de Umarizal, em agosto de 2011, cujas ações em Emergência Sanitária foram quase que na totalidade custeadas com recursos do SIFISA-RN. O estado inclusive ainda não dispõe de base de dados do rebanho consistente, o que compromete a confiabilidade de resultados de vacinação apresentados até então. Em virtude de restrições orçamentárias no Órgão Estadual, inclusive pelo fato de não se ter celebrado novo

convênio com o MAPA no ano de 2011, as atividades relacionadas ao PNEFA foram reduzidas neste período.

Em função do IDIARN não ter tido condição de cumprimento de metas básicas do Plano de Ação, para o resultado necessário, com vistas à modificação do status sanitário para Febre Aftosa, no sentido da realização do inquérito soroepodemiológico, conforme cronograma estabelecido para a região Nordeste, dentro do Programa Nacional da Erradicação da febre aftosa, se teve a identificação de pontos primordiais, para serem tratados.

Entre estes, a atualização da base do cadastro agropecuário, a fiscalização da execução da vacinação contra febre aftosa, a realização de vigilância ativa no campo, para a ocorrência de suspeitas de doenças vesiculares, a fiscalização do trânsito animal, com as barreiras móveis, o aumento do contingente de médicos veterinários e auxiliares técnicos e administrativos, principalmente, foram realizadas diversas ações de colaboração.

Podemos citar reuniões técnicas, supervisões de avaliação orientativa, por parte do SIFISA e do DSA, celebração de um Termo de Compromisso, assinado pelo Superintendente e pelo Secretário Estadual de Agricultura, chancelado pela Governadora do Estado, com as providências pelas partes, para o cumprimento das ações acima descritas; a participação na audiência pública sobre Febre Aftosa na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte e as articulações junto às instâncias superiores do DSA e Secretaria de Defesa Agropecuária (DAS) para apoio ao Estado.

Sanidade dos Suídeos

Com relação ao Programa Nacional de Sanidade dos Suídeos (PNSS) - a 4ª e última etapa da campanha de vacinação do Plano Estratégico de Vacinação contra a Peste Suína Clássica (PSC) no Rio Grande do Norte, prevista para ocorrer em todo o estado em 2011, foi cancelada em virtude da falta de condições estruturais do órgão executor de realizá-la. Consequentemente, não aconteceu o atendimento das metas estabelecidas para o período, em questão para o PNSS, dentre as quais estaria o atendimento a cerca de 13.000 propriedades, onde a vacinação seria supervisionada por profissionais deste SIFISA-RN. Isto implicou de forma direta no não atendimento das metas previstas para 2011 na Ação 8658

Sanidade dos Equídeos

No que diz respeito ao Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos ó PNSE, no ano de 2011 houve um grande aumento nas atividades pertinentes a este, realizados exames de Anemia Infecciosa Equina ó AIE em 2002 (duas mil e duas) propriedades e exames de Mormo em 1957 (mil novecentos e cinquenta e sete) estabelecimentos. Fica caracterizado, portanto, a conscientização dos criadores quanto à exigência de realizar exames dos animais. Durante este período foram detectados 24 casos positivos para Mormo e 72 para AIE, mas houve apenas 50% de conclusão nos processos de sacrifício, interdição de propriedades, saneamento e conclusão de ações com a desinterdição de propriedades. Isto caracteriza a descontinuidade das ações sanitárias executadas pelo Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do Rio Grande do Norte ó IDIARN, o que fica evidenciado como ponto negativo da execução do PNSE no RN em 2011.

Vale complementar que o índice de 50% não se refere à focos ou animais positivos para as enfermidades de AIE e Mormo, que deixaram de ser sacrificados, e sim no fato de que, em muitos processos autuados devido ao primeiro resultado positivo, se tem o desdobramento no processo de saneamento, com reteste e/ou realização dos teste de Maleína, culminando com o não sacrifício do animal até o término do processo. No sentido de minimizar a permanência de animais positivos ou focos sem o devido saneamento, foram custeados os deslocamento de equipe técnica do Idiarn, com recursos de colaborador eventual solicitados pelo SIFISA, ao Departamento de Saúde Animal do MAPA.

Ainda sobre o que consta da análise crítica para a ação de prevenção, controle e erradicação das doenças dos animais, em que se tem a atuação nos diversos programas sanitários estabelecidos pelo Departamento de Saúde Animal, a atuação do órgão executor estadual impactou diretamente os resultados constantes do SIPLAN, uma vez que se soma o que se tem de atividade direta dos FFAøs lotados no Serviço, com a execução do Estado.

Todavia, vale ressaltar que esforços foram impetrados no sentido de colaboração, uma vez que o Sistema de Defesa Sanitária Animal se tem da atuação conjunta, inclusive com o custeio de ações emergenciais em focos de doenças de notificação obrigatória, como caso dos focos de Estomatite Vesicular, em Umarizal; e também em processos de vigilância e proteção ao nosso país, como o caso da Prevenção da Influenza Aviária, com colheita de amostras nos sítios de aves migratórias. O fato do IDIARN não ter tido condições de celebrar o Convênio 2011-2015, cujo Programa de Trabalho, contemplava desde o 2º semestre de 2011, e também de não ter tido recurso próprio para esse custeio, foi muito negativo para todo o Sistema.

Controle da Brucelose e Tuberculose Animal

O Programa de Controle e Erradicação de Brucelose e Tuberculose Animal ó PNCEBT, no Estado do Rio Grande do Norte dispõe atualmente de 59 (cinquenta e nove) médicos veterinários habilitados, os quais realizaram cerca de 5.000 (cinco mil) atendimentos a propriedades em 2011, diagnosticados 228 (duzentos e vinte oito) animais reagentes para brucelose e 35(trinta e cinco) positivos para tuberculose.

Em relação ao ano anterior, o programa registrou uma diminuição da percentagem de animais reagentes positivos, tanto para brucelose, como para tuberculose. No que se refere à certificação de estabelecimentos, foi renovada a certificação de 1 (uma) propriedade livre de brucelose e tuberculose no município de Monte Alegre, e renovada 01 (uma) certificação de propriedade livre de tuberculose no município de Taipú.

A distribuição de antígenos e tuberculinas para a realização de exames para Brucelose e Tuberculose, de responsabilidade do SIFISA-RN, em 2011 atingiu 40.000 (quarenta mil) doses de AAT (Antígeno Ácido Tamponado), 30.000 (trinta mil) doses de PPD bovina e 6 mil doses de PPD aviária. Como pontos negativos, destacamos a deficiência por parte do órgão executor estadual na fiscalização da vacinação contra a brucelose e a ausência de informações acerca da eliminação de animais positivos para brucelose e tuberculose animal.

Controle da Raiva dos Herbívoros

O Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e outras Encefalopatias foi muito prejudicado pela falta de recursos do órgão estadual no segundo semestre de 2011, uma vez que, a partir do fim da vigência do Convênio com o MAPA, não foi feita mais nenhuma colheita de amostras de alimentos para ruminantes, para prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina (Vaca Louca).

Sanidade Avícola

O Programa Nacional de Sanidade Avícola ó PNSA manteve as ações constantes no Plano de Prevenção à Influenza Aviária e Doença de Newcastle, com atendimento a campo e colheita de amostras para diagnóstico laboratorial nas ocorrências de mortalidade de aves e na execução da vigilância ativa em aves de subsistência nos 02 (dois) sítios de aves migratórias existentes no estado do Rio Grande do Norte ó Galinhos e Barra de Cunhaú, no município de Canguaretama. Mantevese a realização da certificação de 01 estabelecimento reprodutor para livre de *salmonella* e *mycoplasma*. O outro estabelecimento reprodutor de aves está com suas atividades suspensas, portanto, não houve atividade de certificação no mesmo em 2011.

Trânsito Interestadual de Animais

No programa de vigilância e fiscalização do trânsito interestadual de animais, seus produtos e insumos, houve um incremento na execução dessas atividades se comparadas àquelas executadas no ano de 2010, em decorrência da intensificação das atividades de fiscalização por parte do órgão executor estadual (IDIARN), nos postos fixos de vigilância agropecuária, meta constante no plano de trabalho do Convênio MAPA/SFA-RN/IDIARN N° 001/2008.

Outro fator positivo foi a realização de barreiras móveis por parte das Unidades Locais de Saúde Animal e Vegetal ó ULSAV, nas estradas vicinais, nas áreas de risco e nas aglomerações de animais, contribuindo para que o produtor cumprisse as exigências de só transitar com animais acompanhados de Guia de Trânsito Animal (GTA) e Certificados de Inspeção Sanitária modelo õEö(CIS õEö) para produtos não comestíveis, emitidos pelo órgão executor estadual e pelos médicos veterinários habilitados.

Isto ocasionou o aumento do número de documentos de trânsito (GTA e CIS õEö) emitidos pelo órgão oficial e pelos habilitados. Um fator negativo foi a deficiência no repasse das informações sobre o trânsito de animais e de seus produtos para o SIFISA-RN. O IDIARN ainda carece de profissional qualificado na sua unidade central para compilar informações e realizar a análise crítica e epidemiológica dos dados gerados pelas unidades locais.

Deve-se informar ainda que o índice de 99% não foi devido somente ao incremento realizado pelo IDIARN de intensificação da fiscalização de trânsito nas barreiras ou postos fixos. Este resultado deve-se também ao intenso trânsito de animais aquáticos, com GTA¢s emitidas pelos médicos veterinários credenciados, que atuam junto aos criatórios e laboratórios de reprodução de camarão.

Trânsito Internacional de Animais e seus Subprodutos (VIGIAGRO ó Animal)

O desempenho operacional das ações de Vigilância e Fiscalização do Transito Internacional de Animais e seus Subprodutos (*FISCANIMAL*) que constam do programa Segurança Sanitária na Agropecuária, foi satisfatório, fato que contribui para impedir a entrada de doenças de animais, oriundas de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e a saúde da população.

No entanto é importante destacar que para atingir os níveis nos resultados alcançados, principalmente, na ação do *FISCANIMAL*, foi necessária a criação de um õpoolö com Fiscais de outros serviços no período de maior demanda.

A fiscalização do lixo de bordo de aviões e navios representam mais um ponto crítico para a eficácia das ações, devido a deficiência de infra-estrutura no porto e aeroporto e a desativação do incinerador na área primária do Aeroporto. O lixo a bordo dos aviões é encaminhado ao aterro sanitário e destinado a incineração.

Continuam as unidades sem acesso à Internet e a inexistência de um sistema informatizado prejudica as ações de vigilância agropecuária internacional, impossibilitando o gerenciamento relacionado ao trânsito internacional de produtos de insumos pecuários.

Na unidade do porto não existe a lotação de Médico Veterinário, ficando as demanda a cargo do contingente do aeroporto e ou certificadas pelos fiscais do SIFISA ó Inspeção de Produtos de Origem Animal no próprio estabelecimento habilitado para exportar pescados.

Quanto ao aspecto de dotação orçamentária, as atividades praticamente não tiveram alocação de créditos, no entanto, não ocorreram reflexos no desempenho físico das atividades, pois são unidades localizadas próximo a sede da Superintendência no porto e aeroporto.

2.3.2.9 PROGRAMA 0356 - SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS (ÁREA ANIMAL)

Ação 8938 ó Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal

Quadro A.2.2.12 ó Execução Física das Ações Realizadas pela UJ - Ação 8938 ó Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
20	Normatizaçã o e Fiscalização	0356	8938	A	4	Fiscalização Realizada	45	21	25

Fonte: SIPLAN/SIFISA/DDA/SFA-RN

Análise Crítica

No exercício de 2011, foram consideradas positivas as ações de inspeção e fiscalização de alimentos, desenvolvidas pelo SIFISA/DDA/SFA/RN, dentro de sua competência e no cumprimento de suas atribuições.

Pescado

Na área de Pescado, foram desenvolvidas todas as ações inerentes ao Serviço, com o objetivo de garantir um alto padrão sanitário e de manter a inocuidade dos produtos de origem animal fornecidos pelas empresas registradas. Em relação à produção dos estabelecimentos, houve um incremento no que se refere a Peixes de Captura, Lagosta e outros produtos diversos, detectando-se um declínio na produção de Camarão de Cultivo. Este último fato se deve, provavelmente, à paralisação de alguns estabelecimentos e ao fechamento de algumas fazendas de cultivo no Estado. Quanto ao crescimento na produção de peixe, provavelmente é resultante do registro de 11 novos Barcos-fábrica no Estado, estando praticamente toda a atividade de estabelecimento beneficiador õflutuanteö do Brasil no Rio Grande do Norte neste momento. Conforme dados do Sistema de Informações Gerenciais do Serviço de Inspeção Federal (SIGSIF), a quantidade de pescado produzido em empresas do RN ocorreu conforme tabela abaixo:

PRODUTO	2010 (kg)	2011 (kg)
Camarão de cultivo	9.339.397	8.952.048
Peixe de captura	7.029.514	8.499.825
Lagosta	107.339	148.495
Outros	24.436	28.286

Fonte: SIGSIF/SIFISA/SFA/RN

Deve-se também salientar que não houve realmente o descumprimento das metas, por parte da inspeção de pescado, bem como pela área de inspeção de outros produtos de origem animal, assim como mel, laticínios, aves e ovos, produtos cárneos, e também produtos de origem animal não comestível, para uso em indústrias. O que ocorreu foi que se teve exatamente o que consta dessa análise crítica.

O registro de menos de 50% de realização, se deve ao fato de que no SIPLAN, a unidade de medida é o nº total de estabelecimentos registrados no Serviço, seja SIF ou ER, partindo da premissa de que

como se tem o registro de que a inspeção seria permanente em todos. O que não corresponde à realidade atual, em termos de meta e legislação, uma vez que o que se tem são as certificações com base em APPCC, verificações de auto-controles e realizações de supervisões, fiscalizações e ações in loco, de forma periódica, conforme consta do Plano Operativo 2011.

Certificação no SIF

O Setor de Estabelecimentos Relacionados tem tido nos últimos anos uma grande valorização devido o trabalho desenvolvido pelo SIFISA/DDA/SFA/RN, junto aos Órgãos Públicos Federais, para a exigência nos õEditais de Compraö, que envolvam Produtos de Origem Animal, a certificação dos mesmos, através do registro dos estabelecimentos produtores no Serviço de Inspeção Federal ó SIF ou o õTítulo de Relacionamentoö.

Este fato resultou em uma corrida de muitas Empresas solicitando seus registros junto ao SIFISA/SFA/RN, e, portanto, aumentando o trabalho e a efetivação das ações fiscalizadoras. Dentre os Estabelecimentos relacionados, existem hoje no RN 06(seis) Unidades Produtoras de Cestas Básicas, 23(vinte e três) Casas Atacadistas, trabalhando com Carne, Leite e Derivados e 09(nove) Granjas Avícolas, produtoras de Ovos. Estas granjas, com suas õCasas de Ovoö, tiveram uma produção aproximada de 10 milhões de ovos em 2011, entre ovos brancos, vermelhos, caipiras e de codorna.

Combate à Fraude

No que concerne ao Programa de Combate à Fraude, referindo-se à Fraude do Frango, por ação direta do próprio Gabinete do Ministro, semanalmente foram colhidas amostras de Cortes de Frangos Congelados ou da própria carcaça do Frango para análise junto ao Laboratório do LANAGRO/Recife/PE, para pesquisa de percentual de H2O ou õDripping testö. Foram feitas 17 (dezessete) coletas de amostras referentes a 8 (oito) empresas. Foram detectadas irregularidades em 6 (seis) amostras coletadas.

SISBI

Não houve evolução nas atividades relacionadas ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal - SISBI, em virtude do Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do RN - IDIARN não ter dado continuidade às ações desenvolvidas no ano de 2010. Existe um processo (Nº 21040.001134/2010-21), referente ao Pedido de Adesão ao SISBI/POA/SUASA, ainda sem o Programa de Trabalho a ser desenvolvido pelo órgão Estadual, que, até o presente momento aguarda-se o envio. A Adesão ao SISBI é voluntária e o papel do SIFISA é de apenas sensibilizar, motivar e oferecer suporte técnico as demandas dos interessados.

Quanto ao SISBI, Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal, que tem caráter voluntário de adesão por parte do Estado, não se teve a evolução, em 2011, das ações implementadas pela gestão do órgão executor estadual durante o ano de 2010, como reflexo e consequência direta das dificuldades já relatadas anteriormente. Vale ressaltar que as ações de apoio e divulgação por parte do SIFISA são executadas conforme demanda e interesse do Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

Mel e Derivados

No que diz respeito à Inspeção de Mel e Derivados, em 2011 foi registrado junto ao SIFISA-RN o SIF 3164, referente a um Entreposto de Mel e Cera de Abelha, localizado na cidade de Upanema, e foi aprovado um projeto para a construção de um entreposto de mel na cidade de Portalegre. Foi realizada uma auditoria no SIFISA-RN referente à rotulagem de mel e produtos apícolas, durante a qual foram coletados produtos nos pontos de venda, e as inconformidades encontradas foram notificadas às empresas, para as correções devidas.

Leite e Derivados

No tocante à Inspeção de Leite e Derivados, além das supervisões e fiscalizações nos estabelecimentos com SIF, as atividades do ano de 2011 se concentraram na coleta de amostras para o atendimento ao preconizado no Programa de Combate à Fraude do Leite, com 44 (quarenta e quatro) amostras; no Programa de Controle de *Listeria monocytogenes*, com 16 (dezesseis) amostras e no Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes, com 23 (vinte e três) amostras, no atendimento das exigências da Instrução Normativa n° 51/2002, por parte dos produtores cadastrados nas empresas registradas com SIF.

2.3.2.10 - PROGRAMA 1442 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO

Ação 4720 ó Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica

Quadro A.2.2.13 ó Execução Física das Ações Realizadas pela UJ - Ação 4720 ó Aplicação de Mecanismos de Garantia da Oualidade Orgânica

Fun	çã	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta previ sta	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
N/A	1	N/A	1442	4720	P/A/OP	1/2/3/4	Unidade	SDC	SDC	SDC
							Controlada			

Fonte: SIPLAN/DPDAG/SFA/RN

Análise Crítica

Apesar das restrições financeiras decorrentes do corte orçamentário sofrido, ainda assim, foram credenciados mais treze produtores orgânicos que se filiaram à Associação dos Produtores e Produtoras da Feira Agroecológica de Mossoró (APROFAM), como também, o credenciamento de mais uma OCS (Organização dos Produtores Informais de Touros) com 8 (oito). Desta forma, o número de unidades controladas acumulou acarretou em 50% conforme Tabela abaixo:

Ano	OCS*	Pessoas Credenciadas	Total do Ano	UC - Acumulado
2010	2	32	34	34
2011	1	19	20	54
Total	3	51	54	54
Crescimento (%)	50	59,38		

^{*} Organização de Controle Social

Evolução do registro de unidades credenciadas e seus produtores vinculados

Apesar das restrições financeiras decorrentes do corte orçamentário sofrido, ainda assim, foram credenciados mais treze produtores orgânicos que se filiaram à APROFAN, como também, o credenciamento de mais uma OCS (Organização dos Produtores Informais de Touros) com 08 (oito). Desta forma, o número de unidades controladas aumentou 50%.

Metas

A Ação acima decorre da aceitação e adesão dos agricultores em adotarem a prática da produção orgânica, garantindo a qualidade dos seus produtos de três diferentes maneiras: Certificação, (feita por terceiros, Certificadoras), o Sistemas Participativos de Garantia (SPG), e Organização de Controle Social (OCS), que agregam produtores a elas vinculados.

O Indicador dessa ação é õUnidades Controladasö, que mede o número de organizações criadas e os agricultores a elas vinculados, sendo este indicador cumulativo.

Apesar dos cortes financeiros aplicados a todos os programas e, consequentemente, a programação ter sido duramente atingida, ainda assim, conseguimos atingir 87,93 da meta estabelecida para essa ação em 2011.

Ano	Previsto Inicial	Unidades Controladas	(%)
2011	58	54	87,93

2.3.2.11 - PROGRAMA 1426 ó CONSERVAÇÃO, MANEJO E USO SUSTENTÁVEL DA AGROBIODIVERSIDADE

Ação 8606 ó Desenvolvimento da Agricultura Orgânica ó Pró-Orgânico

Quadro A.2.2.14 ó Execução Física das Ações Realizadas pela UJ - Ação 8606 ó Desenvolvimento da Agricultura Orgânica ó Pró-Orgânico

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo	Prioridade	Unidad	Meta	Meta	Meta a ser
				da		e de	prevista	realizada	realizada
				Ação		Medida			em 2012
N/A	N/A	1426	8606	A	4	Pessoas	SDC	SDC	SDC
						Benefici			
						adas			

Fonte: SIPLAN/DPDAG/SFA/RN

Análise Crítica

Esta ação tem como indicador a unidade de medida õPessoas Beneficiadasö

Sendo esta uma ação de Fomento da Produção Orgânica e sendo a adoção do Sistema de Produção Orgânica uma prática adotada por adesão e não compulsoriamente, o público alvo são os agricultores, estudantes, professores e demais profissionais ligados à agricultura e pecuária. Este público é atendido por meio de palestras, seminários oficinas e demais práticas de divulgação, tanto no meio rural quanto urbano, para o público em destaque. Tal característica torna a ação bastante dependente de recursos humanos e financeiros para a sua execução, uma vez que se faz necessário deslocamentos para as diversas localidades do estado, tanto por solicitação da comunidade quanto por iniciativa própria.

Em 2011, devido aos cortes financeiros aplicados a todos os programas, as atividades foram duramente atingidas na sua execução. Os resultados obtidos refletem essa realidade, conforme mostra o quadro abaixo: queda de aproximadamente 30%em relação aos dados obtidos em 2010.

Entretanto, a despeito das dificuldades, atingimos 63% da meta prevista para 2011, mesmo esta tendo sido aumentada em mais de 1000% do previsto inicial em 2010.

Ano	Previsto Inicial	Pessoas Beneficiadas	Desempenho
2010	70	718	Em 2010 (%)
2010	, ,	710	1.025,71
2011	800	510	Em 2011 (%)
2011	550		63,75

2.4 Desempenho Orçamentário e Financeiro

2.4.1 Programação Orçamentária e Financeira

Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias

		Código SIAFI da
Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	UGO
Secretaria Executiva/Mapa	22101	130002
Secretaria Defesa Agropecuária	22101	130007
Secretaria de Desenvolvimento e Cooperativismo	22101	420013
Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio	22101	130020

Fonte: SIAFI/SEOF/SAD/SFA/RN

Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		concedente ou recebedora		Despesas Corrente	
			Classificação da ação	1 ó Pessoal e Encargos Sociais	2 ó Juros e Encargos Dívida
Movimentação	Concedidos				
Interna	Recebidos	130002	75047160001		
		130002	08901810001	66.797,70	
		130002	36045720001		
		130007	35647450001		
		130007	35647460001		
		130007	35689380001		
		130007	35689390001		
		130007	37520190001		
		130007	37521240001		
		130007	37521400001		
		130007	37521410001		
		130007	37521790001		
		130007	37529090001		
		130007	35721340001		
		130007	35721800001		
		130007	35785720001		
		130007	35721810001		
		130007	35748420001		

Natureza da Movimentação de Crédito		UG	ncedente ou Classificação da ação	Despesas Corrente	
		concedente ou recebedora		1 ó Pessoal e Encargos Sociais	2 ó Juros e Encargos Dívida
		130007	35786580001		
		130007	35786580001		
		130020	14378548001		
		420013	144222720001		
		420013	60032B170001		
		420013	37521770001		
		420013	144247200001		
		420013	144285980001		
		420013	600386110001		
		420013	142686060001		
Movimentação	Concedidos				
Externa	Recebidos	'			
1.34		UG		Despesas de Capita	
Natureza da Movimentação de Crédito		concedente ou recebedora	Classificação da ação	4 ó Investimentos	5 ó Inversões Financeiras
Movimentação	Concedidos				
Interna	Recebidos	130007	35786580001	6.200,00	
Movimentação	Concedidos				
Externa	Recebidos				

Fonte: SIAFI/SAD/SFA/RN

Análise Crítica

Com relação ao crédito de R\$ 253.424,45, não ocorreu a execução em face da descentralização ter sido realizada no final do exercício para a melhoria das instalações físicas da sede da Superintendência, fato que inviabilizou o gasto, devido não ser possível a realização do processo licitatório.

O valor de R\$ 261.905,00 foi descentralizado para a celebração de convênio com o Governo do Estado objetivando manter o sistema de atendimento à saúde animal, no entanto, devido a falta de habilitação do Estado relacionado à contra partida e pendências no CAUC, houve a anulação do crédito.

Os demais créditos são saldos remanescentes do final do exercício em várias ações, em face de diversas ocorrências como viagens canceladas, pregões desertos, etc

1.1.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

2.4.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.4.3 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Modalidade de	Despesa Liquidada		Despes	a paga
Contratação	2011	2010	2011	2010
Licitação	882.600,40		866.708,68	
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão	882.600,40		866.708,68	
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas	260.235,31		260.235,31	
Dispensa	151.659,66		151.659,66	
Inexigibilidade	108.665,65		108.665,65	
Regime de Execução Especial	21.861,67		21.861,67	
Suprimento de Fundos	21.861,67		21.861,67	
Pagamento de Pessoal	302.595,91		302.595,91	
Pagamento em Folha	66.797,70		66.797,70	
Diárias Outras	235.798,21		235.798,21	
Totais	1.759.062,04		1.451.401,57	

Fonte: SIAFI/SEOF/SAD/SFA/RN

2.4.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Grupos de Despesa	Despesa En	npenhada	Despesa Liq	juidada	RP não pr	ocessados	Valores Pagos		
Exercícios	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	
1 ó Despesas de Pessoal	322.187,74		302.595,91		-	-	302.595,91		
3190.08	66.797,70		66.797,70				66.797,70		
3390.14	255.390,04		235.798,21				235.798,21		
2 ó Juros e Encargos da Dívida	-		-		-	-	-		
1° elemento de despesa									
2º elemento de despesa									
3º elemento de despesa									
Demais elementos do grupo									
3- Outras Despesas Correntes	1.758.092,64		1.487.853,36		-	-	1.196.174,61		
3390.30	125.487,90		125.487,90				125.487,90		
3390.33	120.060,66		84.017,47				84.017,47		
3390.36	27.600,82		27.600,82				27.600,62		
3390.37	542840,34		542.800,22				542.800,22		
3390.39	632.425,83		354.731,23				354.731,23		
3390.47	2.008,42		1.844,77				1.844,77		
3390.92	7.706,46		7.360,42				7.360,42		
3390.93	3.736,35		3.736,35				3.736,35		
3391.39	4.304,35		3.352,67				3.352,67		
3391.92	242,96								
3330.41	291678,75		291.678,75						
Totais	2.080.280,38		1.790.449,27		-	-	1.498.770,52		

Fonte: SIAFI/SEOF/SAD/SFA/RN

2.4.6 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Grupos de Despesa	Despesa Em	penhada	Despesa Li	iquidada	RP não pr	ocessados	Valores	s Pagos
Exercícios	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 - Investimentos	5.074,43		5.074,43			458.541,00-	_	
4490.52	5.074,43		5.074,43			458.541,00		
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 - Inversões Financeiras	-		-		-			
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 - Amortização da Dívida	-		-		-	-	•	
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
Totais	5.074,43		5.074,43			458.541,00-		

Fonte: SIAFI/SAD/SFA/RN

Análise Crítica

A execução orçamentária no exercício de 2011 no âmbito da SFA/RN foi realizada de acordo com os ditames emanados pela Secretaria Executiva do Ministério da Agricultura com os recursos descentralizados, diferentemente do que foi programado, com antecedência, no Plano Operativo da Unidade para o exercício em referência.

Todas as demandas para o bom e efetivo funcionamento da Superintendência Federal no RN foram cumpridas. Entretanto, com cortes nos orçamentos destinados as SFAøS em 2011, várias ações deixaram de ser atendidas, principalmente em investimentos e serviços, ou seja, na manutenção predial, como pinturas e restauração e outros serviços de reforma predial, considerando que o Edifício-Sede da SFA/RN, remonta da década de 1930 e que requer continuamente reparos e conservação por parte da administração.

A aquisição de equipamentos de informática, computadores e outros componentes foi outra demanda programada e consignada no Plano Operativo de 2011, que não foi executada, pois a dependência de recursos, regulada pela Administração Central impediu tais ações. Dessa forma considera-se como o principal evento negativo na execução normal do orçamento da Superintendência, no exercício de 2011, tanto no que diz respeito às ações da área meio como também da área fim, os cortes no já exíguo orçamento destinado a instituição SFA/RN, no cumprimento de sua missão.

O fator positivo para essa restrição no orçamento demandado foram as medidas tomadas pelo gestor no que diz respeito à economicidade em energia, telefonia fixa, comunicação, manutenção da frota oficial, combustíveis, etc. Considera-se, portanto, não obstante todas as dificuldades, enfrentadas ao longo do exercício de 2011 pela Gestão, com cortes no limite orçamentário para essa unidade, o cumprimento das tarefas e ações exigidas pelo principal usuário da SFA/RN, ou seja, o cidadão e a sociedade brasileira.

2.4 Indicadores Institucionais

Os Indicadores Institucionais encontram-se consolidados no Relatório de Gestão 2011 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

1. INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores Ouadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Restos a Pagar Processados								
Ano de Inscriçã o	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011				
2010	378.484,71		378.484,71	-				
Restos a I	Restos a Pagar não Processados							
Ano de								
Inscriçã o	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011				
,	Montante Inscrito 1.433.665,64		0	O				
0	1.433.665,64		acumulados	O				

Fonte: SIAFI/SEOF/SAD/SFA/RN

4.2 Análise Crítica

Foi inscrito em 2011 o valor de R\$ 458.541,00 distribuídos da seguinte maneira:

Valor de R\$ 384.383,00, os serviços não foram executados na sua totalidade para que seja feita a devida liquidação, tão logo seja, o valor será liquidado;

Valor de R\$ 2.419,00 e 4.540,00 a empresa esta com restrição no SICAF, assim que for regularizada a situação os valores serão liquidados;

Valor de R\$ 67.199,00, se refere a um veiculo adquirido e a empresa ganhadora não entregou o carro até a presente data, estamos tomando as providencias necessárias para que a situação seja regularizada.

5. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UJ

5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

Quadro A.5.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2011

	Lota	ção	Ingressos	Egressos
Tipologias dos Cargos	Autorizada	Efetiva	no exercício	no exercício
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	102	102	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	102	102	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	101	101	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	1	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e	Não há	-	-	-
esferas				
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	-	-	-
3. Total de Servidores (1+2)	-	-	-	-

Fonte: SIAPE Posição: 31/12/2011

Na coluna 1.2.1 foram incluídos 5 empregos celetistas anistiados do ex-BNCC

Análise Crítica

Na análise do quadro A 5.1 õsituação em 31/12/2011ö verifica-se que, o total de servidores ocupantes de cargo efetivo apresentados no relatório de gestão de 2010. Isso se deve à 7 aposentadorias que ocorreram no ano de 2011, conforme demonstrado no quadro A 5.6, para a qual não houve substituição por novos servidores. O que como conseqüência impacta a realização das atividades nos setores/serviços em que os referidos servidores eram lotados. Outro ponto que merece atenção é o elevado número de servidores que tem 51 anos ou mais conforme demonstrado no quadro 5.4, verifica-se que nos próximos 5 anos mais de 70% dos servidores lotados na SFA/RN cumprirão os requisitos para aposentadoria, o que representa um grande risco á continuidade do serviço prestado.

É importante ressaltar o que os gestores desta SFA/RN já estão cientes desta situação e que esta UJ tem enviado constantemente comunicações ao órgão central solicitando novos servidores tanto na área técnica como na área administrativa. Saliento que no ano de 2012 já estão sendo tomadas providências pela Secretaria Executiva do órgão, com objetivo a estabelecer um plano de substituição dos servidores que se aposentaram, como por exemplo realização de concursos periodicamente. Outra iniciativa do órgão visando capacitar sua força de trabalho foi à elaboração do Plano anual de capacitação- PAEC 2012 que contou para sua elaboração, com a participação de todo o ministério, inclusive da Superintendência Federal de Agricultura no RN.

Em relação ao nível de escolaridade dos servidores é importante salientar que há um elevado número de servidores conforme demonstrado no quadro A.5.5, que tem nível superior de escolaridade, isso se deve principalmente á natureza do serviços que realizam (fiscalização). E para o qual ter nível superior de escolaridade em áreas especificas é pré-requisito estabelecido por lei, para exercer o cargo de fiscal federal agropecuário. No entanto verifica-se também que entre os agentes administrativos e agentes de Inspeção, cargos que exigem nível médio de escolaridade existem muitos servidores que tem nível superior. Apesar do ministério não ter no momento nenhum projeto que incentive os servidores a se graduarem.

No entanto destaca-se na área de desenvolvimento de pessoas a realização de cursos de capacitação no ano de 2011, com foco na gestão por competências, tanto na modalidade presencial como também educação a distância. Um exemplo disso foi o curso de Técnicas de apresentação em Público e Oratória realizado nesta SFA/RN. Destaca-se ainda que foram realizados treinamentos específicos de alguns servidores voltados à realização de suas atividades.

Em vista dos fatos apresentados e dos dados dispostos nas tabelas, conclui-se que esse órgão atravessa uma fase de mudança no modo de olhar a gestão de pessoal como foco estratégico em resultados, através da gestão por competências. No entanto o corte orçamentário em 2011 teve impacto nesta área, espera-se que no exercício de 2012 as metas estabelecidas do Plano de Capacitação possam ser atingidas.

Quadro A.5.2 ó Situações que reduzem a força de trabalho da UJ ó Situação em 31/12/2011

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	4
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	2
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	2
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	-
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Gradução Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	-

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
3.1. De oficio, no interesse da Administração	_
3.2. A pedido, a critério da Administração	3
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	_
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	-
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	
4.1. Doença em pessoa da família	-
4.2. Capacitação	_
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	-
5.2. Serviço militar	-
5.3. Atividade política	-
5.4. Interesses particulares	-
5.5. Mandato classista 6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	-
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	7

Quadro A.5.3 ó Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ - Situação em 31/12/2011

Tipologias dos cargos em comissão e das funções	Lota	ção	Ingressos	Egressos no
gratificadas	Autorizada	Efetiva	exercício	exercício
1. Cargos em comissão	6	6	2	2
1.1. Cargos Natureza Especial	Não há	=	-	=
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	6	6	-	=
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	5	5	2	1
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	-	-	-
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	Não há	-	=	-
1.2.4. Sem vínculo	1	1	=	1
1.2.5. Aposentados	Não há		-	=
2. Funções gratificadas	9	9	6	6
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	9	9	6	6

Tipologias dos cargos em comissão e das funções	Lota	ıção	Ingressos no	Egressos no
gratificadas	Autorizada	Efetiva	exercício	exercício
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	-	-	-
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	Não há	-	-	-
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	15	15	8	8

Fonte: SIAPE Posição: 31/12/2011

Quadro A.5.4 ó Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária					
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos	
1. Provimento de cargo efetivo	7	9	9	42	16	
1.1. Membros de poder e agentes políticos	_	_	-	•	-	
1.2. Servidores de Carreira	7	9	9	42	16	
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	_	-	-	-	
2. Provimento de cargo em comissão	1	2	3	10	3	
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	2	2	2	
2.3. Funções gratificadas	1	2	1	8	1	
3. Totais (1+2)	8	11	12	52	19	

Quadro A.5.5 ó Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação em 31/12/2011

	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
Tipologias do Cargo	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo		1	1	2	39	40			
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira		1	1	2	39	40			
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provimento de cargo em comissão					6	13			
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento						6			
Superior									
2.3. Funções gratificadas					6	7			
3. Totais (1+2)		1	1	2	45	53			
<u>LEGENDA</u>	_	_	_	_	_	_		_	_
NY 11 E 1 11 1	_	_	_	_	=	=	_	_	_

Nível de Escolaridade

^{1 -} Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 ó Mestrado; 9 ó Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação em 31/12/2011

	Quantidade					
Regime de proventos / Regime de aposentadoria	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência				
1. Integral	108	7				
1.1 Voluntária	85	7				
1.2 Compulsória	-					
1.3 Invalidez Permanente	23					
1.4 Outras	-					
2. Proporcional	93					
2.1 Voluntária	91					
2.2 Compulsória	1					
2.3 Invalidez Permanente	1					
2.4 Outras	-					
3. Totais (1+2)	201	7				

Fonte: SIAPE Posição: 31/12/2011

Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação em 31/12/2011

	Quantidade de Beneficiários de Pensão						
Regime de proventos do servidor instituidor	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência					
1. Aposentado	397	8					
1.1. Integral	59	4					
1.2. Proporcional	338	4					
2. Em Atividade	2	-					
3. Total (1+2)	399	8					

5.3 Composição do Quadro de Estagiários Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quai	Quantitativo de contratos de estágio vigentes								
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	(Valores em R\$ 1,00)					
1. Nível superior	5	7	5	6	30.075,50					
Área Fim	3	4	2	2						
Área Meio	2	3	3	4						
2. Nível Médio	3	3	3	3	11.575,80					
Área Fim	1	2	2	2						
Área Meio	2	1	1	1						

5.4 Custos associados à manutenção dos recursos humanos Quadro A.5.9 - Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2009, 2010 e 2011. Valores em R\$ 1,00

		Vencimentos			Despesa	as Variáveis			Despesas de		
Tipolog Exercí		e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previden-ciários	Demais despesas variáveis	Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
Membro	os de p	oder e agen	tes político	S							
	2011	_	_	_	-	-	-	_	-	_	_
Exercícios	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	_	_	-	1	1	-	_	1	_	_
Servido		Carreira qu	ie não ocup	am cargo d	e provimen	ito em comis	ssão				
	2011	4.279.593,35	_	4.274.856,32	845.574,69	326.398,08	70.564,00	6.758,48	1.792,44	61.559,76	9.867.097,12
Exercícios	2010	4.172.100,08	4.629,18	4.262.763,11	772.322,17	346.888,63	39.480,00	26.220,61	4.000,00	114.130,44	9.742.534,22
	2009	3.711.026,79	-	3.597.884,89	535.050,74	155.454,18	-	27.945,04	-	148.163,32	8.175.524,96
Servido	res cor	n Contratos	Temporár	ios							
	2011	-	-	-	-	-	-	_	-	-	-
Exercícios	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	_	-	-	-
Servido	res Ce	didos com ô	nus ou em	Licença							
	2011	154.458,20	-	76.058,89	4.357,08	4.110,00	5.507,86	-	_	-	244.492,03
Exercícios	2010	170.410,36	-	66.951,65	4.005,72	8.254,41	6.232,90		-	5.773,80	261.628,84
	2009	105.291,34	-	45.670,17	3.654,09	3.161,31	311,72	-	-	5.773,80	163.862,43

		Vencimentos			Despesa	as Variáveis			Dognogog do		
Tipolog Exercí	-	e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previden-ciários	Demais despesas variáveis	Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
Servido	res ocu	ipantes de O	Cargos de N	latureza Esp	pecial						
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servido	res ocu	ipantes de c	argos do G	rupo Direçã	io e Assesso	oramento Su	ıperior				
	2011	496.379,16	76.167,29	504.748,52	111.758,14	21.584,00	12.039,27	7.107,81	-	14.065,33	1.243.849,52
Exercícios	2010	564.647,26	72.591,08	522.777,50	139.520,06	25.921,99	8.240,86	3.821,13	-	17.819,88	1.355.339,76
	2009	618.528,32		556.281,35	130.796,65	12.888,00	9.762,00	-	-	10.976,88	1.419.567,68
Servido	res ocu	ipantes de F	Tunções gra	tificadas							
	2011	623.199,43	57.230,85	341.510,81	84.205,00	45.856,71	12.805,82	464,31	-	2.959,62	1.168.232,55
Exercícios	2010	623.199,43	57.230,85	341.510,81	84.205,00	45.856,71	12.805,82	464,31	-	2.959,62	1.168.232,55
	2009	566.564,68	57.729,90	250.798,58	63.685,17	21.811,31	4.470,49	-	-	11.420,94	976.481,07

Fonte: SIAPE/CGAP/SPOA/SE/MAPA

	Anos	Total	Média Mês
	2011	12.523.671,22	1.043.639,27
Exercícios	2010	12.527.735,37	1.043.977,95
	2009	10.735.436,14	894.619,68

5.5 Locação de mão-de-obra mediante contratos de prestação de serviços Quadro A.5.10 ó Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da

realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados

Nome do empregado terceirizado substituído	Cargo que ocupava no órgão	Data do D.O.U. de publicação da dispensa
Nada a declarar		

Fonte: SCC/SAD/SFA-RN

Quadro A.5.11 - Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados

Nome do órgão autorizado a realizar o concurso ou provimento adicional	Norma ou expediente exercício e dos doi	Quantidade autorizada de servidores	
	Número	Data	
Nada a declarar			

Fonte: SCC/SAD/SFA-RN

Quadro A.5.12 ó contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

				Unidade Cont	ratante																				
Nome: Su	ıper	intendência	Federal de Agri	cultura no Rio Grande d	lo Norte																				
UG/Gestã	o: 1	30023			CNPJ: 00.39	6.895/0019-54																			
	Informações sobre os contratos																								
Ano do contrato		Natureza	Natureza	r	e Natureza	r e Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	execução da	ntratual de s atividades atadas		vel de exig traba con F	gido alha	dos dor ado	es	_ Sit.									
					Início	Fim	P	C	P	C	P (;													
2009	L	0	3/2009	35.519.164/0001-04	19/08/2009	18/08/2012	10	10	1	1		A													
2009	v	0	2/2009	08.692.312/0001-15	10/08/2009	09/08/2012	6	6				A													

Observações: Escolaridade dos postos de vigilância definidos pelo art. 16, III da Port. 7102/83

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: SCC/SAD/SFA-RN

Quadro A.5.13 ó Contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra

Unidade Contratante

Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Rio Grande do Norte

UG/Gestão: 130023 CNPJ: 00.396.895/0019-54

Informações sobre os contratos

	into mações sobre os contratos												
Ano do	á	NT-4	Identificação do	CNPJ da Empresa		ntratual de is atividades	N	Nível de traba	Escolari lhadore		_	os	Sit.
contrato Area Naturez	Natureza	Contrato	Contratada			F		M			S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	1	0	3/2009	35.519.164/0001-04	19/08/2009	18/08/2012	10	10	1	1			A
2009	3	0	2/2009	08.692.312/0001-15	10/08/2009	09/08/2012	6	6					A
2010	4	0	7/2010	11.610.561/0001-29	02/12/2010	01/12/2012	2	2					A
2010	5	0	7/2010	11.610.561/0001-29	02/12/2010	01/12/2012			5	5			A
2010	9	0	7/2010	11.610.561/0001-29	02/12/2010	01/12/2012			2	2			A

Observações:

Escolaridade dos postos de vigilância definidos pelo art. 16, III da Port. 7102/83

LEGENDA

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal;

(P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

(S) Ensino Superior.

Efetivamente contratada.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio;

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C)

Área:

8. Reprografia;

2. Segurança; 9. Telecomunicações;

3. Vigilância; 10. Manutenção de bens móvies

4. Transportes; 11. Manutenção de bens imóveis

5. Informática; 12. Brigadistas

6. Copeiragem; 13. Apoio Administrativo ó Menores Aprendizes

7. Recepção; 14. Outras

Fonte: SCC/SAD/SFA-RN

1. Conservação e Limpeza;

5.6 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Os Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos encontram-se consolidados no Relatório de Gestão 2011 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

6. INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU OUTROS ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES, VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA.

Quadro A.6.1 ó Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante

Nome: SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO RN

CNPJ: 00.396.895/0019-54

UG/GESTÃO: 130023

Informações	sobre a	as transf	erências

				naçoes sobre as tran Pactuados		s Repassados			
dade			v alores i	actuados	vaiore	s Repassauos	Vig	ência	
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	Sit.
1	47784/2011	08.358.889/0001-95	334.420	11.500	322.920	322.920	2011	2012	1
1	768717/2011	08.096.596/0001-87	153.200	150.000	3.200	3.200	2011	2012	1
2	33681/2011	08.294.662/0001-23	531.500	44.000	487.500	487.500	2011	2012	1
2	33692/2011	08.294.662/0001-23	545.000	57.500	487.500	487.500	2011	2012	1
2	50899/2011	08.349.003/0001-47	101.000	3.500	97.500	97.500	2011	2012	1
2	31446/2011	08.612.869/0001-44	220.000	25.000	195.000	195.000	2011	2012	1
2	30028/2011	08.080.210/0001-49	150.000	3.750	146.250	146.250	2011	2012	1
2	35582/2011	08.088.247/0001-13	200.000	5.000	195.000	195.000	2011	2012	1
2	57243/2011	01.613.858/0001-94	200.000	5.000	195.000	195.000	2011	2012	1
2	30015/2011	01.612.382/0001-77	200.000	5.000	195.000	195.000	2011	2012	1
2	23067/2011	08.002.404/0001-26	149.500	3.250	146.250	146.250	2011	2012	1
2	28761/2011	08.110.991/0001-77	140.000	3.500	136.500	136.500	2011	2012	1
2	54872/2011	08.109.126/0001-00	200.000	5.000	195.000	195.000	2011	2012	1
2	30292/2011	08.095.473/0001-21	150.000	3.750	146.250	146.250	2011	2012	1

2	30034/2011	08.153.462/0001-50	200.000	5.000	195.000	195.000	2011	2012	1
2	30434/2011	08.158.198/0001-48	200.000	5.000	195.000	195.000	2011	2012	1
2	27737/2011	08.161.234/0001-22	100.000	2.500	97.500	97.500	2011	2012	1
2	25400/2011	08.546.103/0001-63	300.000	7.500	292.500	292.500	2011	2012	1
2	53626/2011	08.168.775/0001-82	300.000	7.500	292.500	292.500	2011	2012	1
2	25955/2011	08.184.111/0001-07	140.000	3.500	136.500	136.500	2011	2012	1
2	24791/2011	08.148.553/0001-06	140.000	3.500	136.500	136.500	2011	2012	1
2	26027/2011	08.095.283/0001-04	300.000	7.500	292.500	292.500	2011	2012	1
2	29805/2011	08.113.631/0001-29	145.300	8.800	136.500	136.500	2011	2012	1
2	32943/2011	08.354.896/0001-19	121.000	4.000	117.000	117.000	2011	2012	1
2	26874/2011	08.143.026/0001-09	141.000	4.500	136.500	136.500	2011	2012	1
2	34535/2011	08.351.819/0001-05	300.000	7.500	292.500	292.500	2011	2012	1
2	54644/2011	08.078.412/0001-56	200.000	5.000	195.000	195.000	2011	2012	1
2	58333/2011	08.079.774/0001-61	204.000	9.000	195.000	195.000	2011	2012	1
2	58640/2011	08.084.014/0001-42	199.500	4.500	195.000	195.000	2011	2012	1
2	58346/2011	08.113.466/0001-05	400.000	10.000	390.000	390.000	2011	2012	1
2	58342/2011	08.349.029/0001-95	400.000	10.000	390.000	390.000	2011	2012	1
2	16604/2011	08.546.103/0001-63	500.000	12.500	487.500	487.500	2011	2012	1
2	17485/2011	08.095.473/0001-21	145.000	3.625	141.375	141.375	2011	2012	1
2	68643/2011	08.096.596/0001-87	150.000	3.750	146.250	146.250	2011	2012	1
2	17117/2011	01.612.396/0001-90	255.000	6.375	248.625	248.625	2011	2012	1
2	17591/2011	01.612.382/0001-77	200.000	5.000	195.000	195.000	2011	2012	1

2	30532/2011	08.096.596/0001-87	200.000	5.000	195.000	195.000	2011	2012	1
2	16177/2011	08.086.662/0001-38	145.000	8.500	136.500	136.500	2011	2012	1
2	20191/2011	08.096.083/0001-76	173.800	27.550	146.250	146.250	2011	2012	1
2	30655/2011	08.095.960/0001-94	149.750	3.500	146.250	146.250	2011	2012	1
2	20941/2011	08.078.958/0001-07	145.000	8.500	136.500	136.500	2011	2012	1
2	16913/2011	08.084.014/0001-42	149.250	3.000	146.250	146.250	2011	2012	1
2	16140/2011	01.612.374/0001-20	122.000	5.000	117.000	117.000	2011	2012	1
2	16169/2011	01.612.371/0001-97	130.000	13.000	117.000	117.000	2011	2012	1
2	48830/2011	08.077.265/0001-08	620.000	35.000	585.000	585.000	2011	2012	1
2	3275/2011	08.148.470/0001-09	600.000	15.000	585.000	585.000	2011	2012	1
2	67983/2011	08.272.049/0001-05	220.000	25.000	195.000	195.000	2011	2012	1
VALC	OR CONVÊNIO		487.620	161.500	326.120	326.120			
VALOR CONTRATO DE REPASSE		ASSE	10.482.600	449.850	10.032.750	10.032.750			
VALOR GLOBAL (1+2)			10.970.220	611.350	10.358.870	10.358.870			

LEGENDA

Modalidade:	Situação da Transferência:	
1 - Convênio	1 ó Adimplente	4 - Concluído
2 - Contrato de Repasse	2 ó Inadimplente	5 ó Excluído
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa	6 ó Rescindido
4 - Termo de Compromisso	7 ó Arquivado	

Fonte: DPDAG/SFA/RN

Quadro A.6.2 ó Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concede	Unidade Concedente ou Contratante									
Nome:	SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO RN									
CNPJ:	00.3	96.895/001	9-54							
UG/GESTÃO:	1300)23								
Modalidade		Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)					
		2011	2010	2009	2011	2010	2009			
Convênio		2	2	-	487.620	200.000	-			
Contrato de Repass	se	45	60	31	10.482.600	9.956.750	6.601.972			
Termo de Coopera	ção									
Termo	de									
Compromisso Totais		47	62	31	10.970.220	10.156.750	6.601.972			

Fonte: DPDAG/SFA/RN

Quadro A.6.3 ó Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes

exercicios seguintes											
Unidade Concedente ou	Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA											
CNPJ: 00.396.895/0019-	-54		UG/GESTÃO	: 130023							
	Qtd. de	Valores (R\$ 1,	(00,		% do Valor						
Modalidade	instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	global repassado até o final do exercício de 2011						
Convênio	2	487.620	487.620	-							
Contrato de Repasse	45	10.482.600	10.482.600	-							
Termo de Cooperação	-	ı	-	-							
Termo de Compromisso											
Totais	47	10.970.220	10.970.220	-							

Fonte: DPDAG/SFA/RN

Quadro A.6.4 ó Resumo da prestação de contas sobre Valores em transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, R\$ 1,00 termo de cooperação e de contratos de repasse.

Unidade Co		*								
Nome: SUP	Nome: SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO RN									
CNPJ: 00.39	96.895/0019-85	UG/GESTÃO: 1300)23							
Exercício da	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)							
prestação das contas	Quantitativos e in	omanie repassados	Convênios	Termo de Cooperação	Contratos Repasse	de				
	Contas prestadas	Quantidade	2		45					
2011		Montante Repassado	487.620		10.482.600					
2011	Cantas NÃO	Quantidade								
	Contas NÃO prestadas	Montante Repassado								
		Quantidade	2		60					
2010	Contas prestadas	Montante Repassado	200.000		9.956.750					

	Contas NÃO	NÃO	Quantidade				
	prestadas		Montante Repassado				
			Quantidade	-		31	
2009	Contas prestadas		Montante Repassado			6.601.972	
2009	Contas prestadas	NÃO	Quantidade	-	-	-	
		NAO	Montante Repassado	-	-	-	
Anteriores	Contas	NÃO	Quantidade	-	-	-	
a 2009	prestadas	NAU	Montante Repassado	-	-	-	
Fonte: DPDAG/SFA/RN							

Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Valores em Convênios e Contratos de Repasse R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante K\$ 1,00							
Nome: SUPE	ERINTENDÊNCIA	A FEDERAL	DE AGRICULTURA N	O RN			
CNPJ: 00.39	6.895/0019-54	UG	/GESTÃO: 130023				
Exercício				Instru	ımentos		
da prestação das contas	Quantita	tivos e monta	ntes repassados	Convênios	Contratos de Repasse		
	Quantidade de cor	ntas prestadas					
	Com prazo de	Overtidada	Contas analisadas				
	análise ainda não	Quantidade	Contas Não analisadas	2	45		
	vencido	Montante rep	bassado (R\$)	487.620	10.482.600		
2011		Contas analisadas	Quantidade Aprovada Quantidade Reprovada				
	Com prazo de		Quantidade de TCE				
	análise vencido	Contas	Quantidade				
		NÃO analisadas	Montante repassado (R\$)				
	Quantidade de contas prestadas			2	60		
	Conton	Quantidade Aprovada					
2010	Contas analisadas	Quantidade Reprovada					
2010	anansauas	Quantidade de TCE					
	Contas NÃO	Quantidade					
	analisadas	Montante repassado (R\$)		200.000	9.956.750		
	Quantidade de cor	ntas prestadas		-	-		
	C .	Quantidade A	Aprovada	-	-		
2009	Contas analisadas	Quantidade F	Reprovada	-	-		
2009	anansadas	Quantidade d	le TCE	_	-		
	Contas NÃO	Quantidade		-	-		
	analisadas	Montante rep	passado	-	-		
Exercícios anteriores a	Contas NÃO	Quantidade		-	-		
2009	analisadas	Montante rep	passado	-	-		
Fonte: DPD	AG/SFA/RN			•	•		

Análise Crítica

- 1 A adimplência ou inadimplência é verificada pela Caixa Econômica Federal.
- 2 Evolução dos contratos:

		Número de M	VALOR EM MIL (R\$)						
		Convênio(1)	Contr Repasses(2)	(1+2)	(1)	(2)	GLOBAL (1+2)		
	2008	0	0	0	0	0	0		
ANO	2009	0	31	31		6.601.972	6.601.972		
ANO	2010	2	60	62	200.000	9.956.750	10.156.750		
	2011	2	45	47	487.620	10.482.600	10.970.220		

Fonte: DPDAG/SFA/RN

Apesar de terem sido contemplados em 2011 em número menor de municípios (47) do que em 2010 (62), houve assim mesmo um acréscimo no montante de valores liberados. Enquanto o montante de recursos em 2010 foi de R\$ 9.956.750,00 (nove milhões, novecentos e cinquenta e seis mil e setecentos e cinquenta reais), em 2011 este valor chegou a R\$ 10.970.220,00 (dez milhões, novecentos e setenta mil e duzentos e vinte reais).

3- **Dificuldades:** Como tem ocorrido frequentemente, o número de contratos de repasses aumenta à medida que se aproxima da data de vigência dos mesmos (mês de dezembro), devido à morosidade com que as convenentes atendem às exigências legais feitas pela concedente para a aprovação de propostas.

Tal prática gera acúmulo de serviço para a já reduzida equipe de analistas desta Divisão que, ao mesmo tempo em que analisa as Propostas, também atende às demandas das demais atividades dos outros PIs.

- 4 **Controle:** A DPDAG não autoriza a contratação de repasse pela CAIXA, se não forem atendidas as exigências e recomendações feitas pelos analistas dos processos.
- 5 ó **Pessoal:** Em 2010 já se alertava para a deficiência de pessoal na DPDAG/RN. O quadro ficou inalterado em 2011, o que acarretou contratempos no atendimento das nossas demandas. As atividades mais atingidas por isto foram:
 - ➤ FISCALIZAÇÃO DA AVIAÇÃO AGRÍCOLA Não foi realizada, sequer uma fiscalização ao longo de 2011;
 - FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE REPASSES Procedemos apenas 3 fiscalizações em 3 municípios, quando a amostragem determinava 15 fiscalizações em 5 municípios;
 - ➤ INDICAÇÃO GEOGRÁFICA Ainda não foi implantada, a exemplo de que já acontecera em 2010.

Finalmente, se em 2011 a DPDAG contava com uma reduzida equipe com 3 (três) componentes, a situação atual (2012) ainda é mais dramática, pois hoje a referida Divisão conta apenas com 2 componentes (um FFA - Chefe de Divisão e um Auxiliar Administrativo) para dar conta de toda a demanda exigida pelos 21 PIs da DPDAG (ver lista abaixo)

AGRIRRIGA	Desenvolvimento e Difusão de Tecnologias, Estudos e Pesquisas afins em Agricultura Irrigada
APOIOAGRIC	Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Cadeias Produtivas Agrícolas
APOIOPEC	Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias

APPRODUTOR	Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário							
ASSISTEQUI6	Assistência Financeira às Associações de Criadores de Eqüinos e Entidades Turfísticas (Lei nº 7.291, de 1984)							
CERTORGAN1	Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica							
DESENORG	Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico							
DEHEFLOR	Apoio ao Desenvolvimento de Florestas Plantadas e Heveicultura							
FISCAGRIC1	Fiscalização de Serviços Agrícolas							
FISCALPEC	Fiscalização de Serviços Pecuários							
FISCONTRATO	Fiscalização de Contratos de Repasse							
EDUECO	Apoio à Implantação de Núcleos de Estudo em Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção							
INDGRAF	Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários - IG							
INOVAGRO	Fomento à Inovação no Agronegócio							
INFRALOG	Estudos de Infraestrutura e Logística da Produção							
MANUTSDC	Administração da Unidade							
ORGMANEJO2	Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono							
PROMOCOOP2	Desenvolvimento do Associativismo Rural e do Cooperativismo							
PROTCULTIV	Proteção e Fiscalização de Cultivares							
PRODECER1	Prestação de Assistência Técnica aos Beneficiários do PRODECER							
REGENAGRO	Fomento à Conservação e ao Uso Sustentável de Recursos Genéticos para Agricultura e Alimentação							

RESPONSÁVEL 7. **DECLARAÇÃO** ÁREA DA **ATESTANDO QUE** AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS E CONVÊNIOS OU OUTROS **INSTRUMENTOS** CONGÊNERES **ESTÃO** DISPONÍVEIS \mathbf{E} ATUALIZADAS. RESPECTIVAMENTE, NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVICOS GERAIS 6 SIASG E NO SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA Ó SICONV, CONFORME ESTABELECE O ART. 19 DA LEI Nº 12.309, DE 9 DE AGOSTO DE 2010.

As declarações encontram-se nos anexos deste Relatório de Gestão.

8. INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993, RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS.

Quadro A.8.1 ó Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar	Situação em relação às exigências da Lei nº	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR					
a DBR	8.730/93	Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro			
Autoridades (Incisos I a VI do	Obrigados a entregar a DBR						
art. 1° da Lei n° 8.730/93)	Entregaram a DBR						
	Não cumpriram a obrigação						
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR						
	Entregaram a DBR						
	Não cumpriram a obrigação						
Funções Comissionadas	Obrigados a entregar a DBR	8	8	15			
(Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Entregaram a DBR	4	4	7			
Comança ou em comissão)	Não cumpriram a obrigação	4	4	8			

Fonte: SGP/SAD/SFA/RN

OBS: Os servidores foram informados por meio eletrônico que deveriam entregar a declaração e cobrado verbalmente. Como medida para o próximo exercício será enviada comunicação oficial informando da obrigatoriedade da prestação das informações solicitadas.

Não existiu no exercício de 2011 nenhum tipo de controle efetivo da entrega de declarações e autorizações. Ressalte-se, entretanto, que houve ampla divulgação por meio eletrônico da obrigatoriedade da entrega das declarações, havendo a opção legal pela assinatura das autorizações para o acesso às declarações no banco de dados da Receita Federal.

No exercício de 2012 será implantado o controle pela Seção de Gestão de Pessoas ó SGP/SFA/RN da entrega de declarações e autorizações. Caso o servidor não disponibilize as informações até 15 de maio de 2012, a referida situação será encaminhada às chefias superiores para análise e adoção das prioridades cabíveis.

9. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ

Quadro A.9.1 ó Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	X				
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	X				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		

Aspectos do sistema de controle interno				Avaliação				
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5			
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X			
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X			
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X				
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X				
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X				
Monitoramento	1	2	3	4	5			
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X					
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X					
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X					

A Chefia do Serviço de Apoio Administrativo desta SFA/RN, ao tomar posse em 10/10/11, envidou todos os esforços no sentido de aprimorar o atendimento ao público (interno e externo), realizou reuniões com os Setores Técnicos/Administrativos, tudo visando melhorar os procedimentos, a operacionalização nos processos, a eficiência no atendimento aos usuários, maior controle nas atividades desenvolvidas pelos setores diretamente subordinados ao SAD (SEOF, SAG, SGP). Em julho foi elaborado um Plano de Redução de Gastos, com foco na economia e na redução das despesas fixas (água, luz, telefone, Internet), bem como a adequada utilização com a redução do tempo de uso dos aparelhos de ar condicionados, adequadamente, tanto por parte dos servidores como dos terceirizados e estagiários, além de um maior controle nos Setores de Protocolo e Transportes, além da Portaria, Vigilância e melhoria no atendimento dos Setores de Gestão de Pessoas, Execução Orçamentária e Financeira da Seção de Atividades Gerais, bem como a edição de Portarias de lotação de servidores em outros locais de trabalhos, com vistas a atender o interesse da Administração e o melhor aproveitamento da capacidade laboral e intelectual dos servidores desta SFA/RN, conforme prevê a Lei 8.112/90.

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- **(4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

Fonte: SAG/SAD/SFA-RN

10. INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, MATERIAIS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS, TENDO COMO REFERÊNCIA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2010 E A PORTARIA Nº 2/2010, AMBAS DA SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO E INFORMAÇÕES RELACIONADAS À SEPARAÇÃO DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS DESCARTADOS EM CONFORMIDADE COM O DECRETO Nº 5.940/2006.

Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que					
levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte					
dos produtos e matérias primas.					
Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade				T 7	
ambiental foram aplicados? A SFA-RN segue rigorosamente o Guia Prático de				X	
Licitações Sustentáveis da CJU-SP/AGU quanto são elaborados os Termos de					
Referência, Editais e seus Anexos, bem como observa a legislação ambiental e					
normas técnicas aplicáveis às contratações.					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente					
adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e			X		
maior quantidade de conteúdo reciclável.					
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles					
fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a			X		
natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).					
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a					
existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras					
(ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e					
serviços.				X	
Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem					
sido considerada nesses procedimentos? Em editais específicos foram solicitadas as					
certificações ISO 9001 e ISO 14001.					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor					
consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).					
Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses			X		
produtos sobre o consumo de água e energia?					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel					
reciclado).					
Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos				X	
adquiridos? Foram adquiridos Papéis, Cartuchos e Tonners reciclados					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.					
			X		
Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi					
incluído no procedimento licitatório?					
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização,					
reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).					
Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido			X		
manifestada nos procedimentos licitatórios?					
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e	1				
qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de					
engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e				X	
operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à					
utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					

Aspectos sobre a gestão ambiental			Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		X					
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.							
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?			X				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?			X				
Considerações Gerais:							

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- **(4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

Fonte: SAG/SAD/SFA-RN

11. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE DA UJ CLASSIFICADO COMO õBENS DE USO ESPECIALÖ DE PROPRIEDADE DA UNIÃO OU LOCADO DE TERCEIROS.

Quadro A.11.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ				
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010			
	RIO GRANDE DO NORTE	08	08			
	APODI	01	01			
	LAJES	01	01			
BRASIL	NATAL	03	03			
	NOVA CRUZ	01	01			
	SANTA CRUZ	01	01			
	SÃO JOSÉ DE MIPIBU	01	01			
	Subtotal Brasil	08	08			
	PAÍS 1	00	00			
EXTERIOR	cidade 1	00	00			
	cidade 2	00	00			

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ					
LOCALIZAÇÃO GLOGRAFICA	EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010				
cidade õnö	00	00				
PAÍS õnö	00	00				
cidade 1	00	00				
cidade 2	00	00				
cidade õnö	00	00				
Subtotal Exterior	00	00				
Total (Brasil + Exterior)	08	08				

Fonte: SMP/SAG/SAD/SFA-RN

Quadro A.11.2 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCA	LIZAÇÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCA TERCEIROS PELA UJ	
	,	EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
	RIO GRANDE DO NORTE	00	00
BRASIL	Natal	Nada a Declarar	
	Subtotal Brasil	00	00
	PAÍS 1		
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade õnö		
	PAÍS õnö		
	cidade 1		
	cidade 2		
EXTERIOR	cidade õnö		
	Subtotal Exterior	00	00
T	otal (Brasil + Exterior)	00	00

Fonte: SMP/SAG/SAD/SFA-RN

Quadro A.11.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob a responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação		Manu	esa com tenção no cício (R\$)		
			Consei vação	Valor Data da Histórico Avaliação		Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
130023	1619.00015.500-9	16	6	Não	15/12/2007	123.118,20	-	-
				Registrado				
130023	1733.00011.500-9	16	4	Não	15/12/2007	63.712,50		
				Registrado				
130023	1761.00444.500-9	21	3	Não	15/12/2007	12.092,61	-	773,25
				Registrado				
130023	1761.00445.500-4	21	3	Não	15/12/2007	1.974.693,20	-	14.691,69
				Registrado				
130023	1761.00447.500-5	21	3	Não	15/12/2007	2.234.457,61	-	23.197,41
				Registrado				
130023	1765.00008.500-0	16	4	Não	15/12/2007	2.021.360,00	-	-
				Registrado				
130023	1823.00033.500-8	16	6	Não	15/12/2007	191.493,70	-	-
				Registrado				
130023	1841.00006.500-9	16	3	Não	15/12/2007	923.852,50	-	-
				Registrado				
Total							-	38.662,35

Fonte: SMP/SAG/SAD/SFA-RN

Análise crítica

- 1. Entre os bens imóveis jurisdicionados a esta Unidade, não há a existência de bens imóveis que estejam fora do patrimônio da União, estando inclusive todos registrados no Sistema SPIUNET.
- 2. Porém, entre esses bens imóveis, existem pendências puntiformes, no que se referem a situações tais como: finalizar a regularização escritural, e, concluir a regularização junto ao Patrimônio da União no Rio Grande do Norte.
- 3. Excetuando-se as três bases físicas localizadas no município de Natal/RN, as cinco restantes estão cedidas, entretanto, os seus contratos de cessão estão vencidos.
- 4. É importante frisar que, por força de legislação, esta SFA/RN não pode dispor da base física para atos oficiais de renovação de cessão, extinção de cessão e nem tampouco proceder a injunções visando a novas cessões.
- 5. Destarte, afigura-se imperativa, por oportuno, a decisão administrativa vigorosa de imprimir propulsão ao mecanismo de reversão dos imóveis ao Patrimônio da União ó Superintendência no Estado.

12. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA UJ

Quadro A.12.1 ó Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.12.1 o Gestao da Techologia da Informação da Unidade					
	Avaliação			ção	
Quesitos a serem avaliados	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.				X	
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.		X			
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.			03		
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	X				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					X
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.			X		
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	X				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	X				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.	X				
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	5% a 10% de Bens e 50% de serviços			50%	

	Avaliação				
Quesitos a serem avaliados	1	2	3	4	5
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os					
benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos					
de TI.	X				
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área					
específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	X				
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente					
a produtos e serviços de TI terceirizados?					X

Considerações Gerais: O planejamento na área de tecnologia da informação - TI da SFA-RN ocorre conjuntamente com a Coordenação Geral da Tecnologia da Informação ó CGTI, localizada na Sede do Ministério da Agricultura. No ano de 2011 duas pessoas trabalhavam na área de TI, 1 servidor da casa e 1 terceirizado. Realizamos diversas ações estratégicas, como por exemplo, manutenções preventivas em computadores e notebooks, gerenciamento do servidor de arquivos, impressão e controlador de domínio.

Com relação ao desenvolvimento e produção de sistemas, constantemente realizamos avaliações para verificar se os recursos de TI estão de acordo com as necessidades locais, como é o caso das manutenções evolutivas e corretivas nos programas de suprimento e no programa da Uvagro do Porto de Natal. Como existem várias equipamentos terceirizados, como impressoras, modems e firewall, o nível de participação dos bens de TI fica em torno de 5% a 10%. Com relação à participação dos serviços de TI, contamos com um Posto de Suporte Técnico Avançado (contrato realizado pela CGTI), representado por apenas um funcionário terceirizado, que realiza constantemente transferência de conhecimento para os servidores deste órgão, desde auxílio às simples tarefas, bem como as mais complicadas.

Existe um equipamento de videoconferência que viabiliza reuniões e apresentações virtuais, promovidas pela administração central do MAPA, em Brasília.

LEGENDA

Níveis de avaliação:

- (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da U.I.
- (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.
 - (5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

Fonte: SAD/SAOD/SFA/RN

13. INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL, OBSERVANDO-SE AS DISPOSIÇÕES DOS DECRETOS № 5.355/2005 E 6.370/2008.

Quadro A.13.1 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Código da UG 1: 130023	Limite de Utilização da UG: 50.000,00					
Portador	CPF	Valor do Limite	Valor		Total	
		Individual Saque Fatura		Fatura		
ANA C DE S DUARTE	482.684.077-53			94,60	94,60	
BARBARA H CRUZ	009.780.234-47			120,00	120,00	
BONIFACIO F GOUVEIA	131.246.924-20			923,00	923,00	
CLETO RIBEIRO JUNIOR	387.745.184-53					

Código da UG 1: 130023	Limite de Utilização da UG: 50.000,00						
Portador	CPF	Valor do Limite	Va	alor	Total		
1 of tauoi	CII	Individual	Saque	Fatura			
				500,00	500,00		
DJALMA D.P. MACEDO	140.859.3334-34			125,01	125,01		
EDUARDO L F ARAUJO	032.070.934-50			568,67	568,67		
ELEU DE O PEREIRA	210.790.720-04			1.023,30	1.023,30		
ELITA M L PALMEIRA	127.387.784-53			1.259,53	1.259,53		
EVADIO PEREIRA	039.305.134-04			385,52	385,52		
FLADEMIR C NUNES	023.706.324-70			50,01	50,01		
FRANCISCO N LIMA	038.578.163-68			757,56	757,56		
GERALDO MARCELINO C P REGO	071.797.824-91			426,11	426,11		
GIVONALDO SILVA	078.451.894-72			1.502,44	1.502,44		
GUSTAVO H CAMARA FRANÇA	011.642.994-17			1.011,26	1.011,26		
JANUS P F DE MACEDO	565.840.404-53			248,02	248,02		
JONAS F SENA	085.564.904-68			657,47	657,47		
JOSE MAJULI BEZERRA	044.013.284-34			489,24	489,24		
KEYSON V M TEIXEIRA	875.154.074-68			60,00	60,00		
LUIZ ANTONIO DE SOUZA	140.634.414-15			250,00	250,00		
MARCELO A S ALMEIDA	131.324.154-72			353,44	353,44		
MARCOS G MEDEIROS	777.187.477-00			2.395,49	2.395,49		
MARCOS R BARBALHO	183.212.244-15			2.172,16	2.172,16		
MARIO S G PIMENTEL	184.012.601-91			876,00	876,00		
OSVALDO SOUZA ROQUE	050.489.404-82			502,93	502,93		
RAQUEL A FURLAN	123.587.818-00			1.165,98	1.165,98		
REJANE M L SANTOS	122.384.223-15			380,96	380,96		
ROBERTO GASTAO	036.035.632-04			1.444,41	1.444,41		
ROBERTO PAPA	058.035.638-89			390,11	390,11		
TATIANA D SILVEIRA	003.763.669-31			245,00	245,00		
TIBERIO C RODRIGUES	214.961.798-62			443,03	443,03		

Código da UG 1: 130023	Limite de Utilização da UG: 50.000,00					
Portador	CPF	Valor do Limite	Valor		Total	
Individual		Saque Fat		20002		
VALDEMAR E DA SILVA	875.612.804-59			1.449,75	1.449,75	
TOTAL						
Total utilizado pela UG			-	22.271,00	22.271,00	
Código da UG 2:		Limite de Utiliza	ação da UG:			
					-	
					-	
Total utilizado pela UG				22.271,00	22.271,00	
Total utilizado pela UJ			-			

Fonte: SIAFI/SEOF/SAD/SFA/RN

Quadro A.13.2 ó Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011			159	22.271,00	22.271,00
2010			204	34.949,57	34.949,57
2009			208	49.510,73	49.510,73

Fonte: SIAFI/SAD/SFA/RN

15. INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO QUE FISCALIZA A UNIDADE JURISDICIONADA OU AS JUSTIFICATIVAS PARA O SEU NÃO CUMPRIMENTO.

15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

Não houve notificações do TCU ao final do exercício de 2011 para as quais a Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no RN tenha sido obrigada a atendê-las.

15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Não houve deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício de 2011 as quais a Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no RN tenha sido notificada.

15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício

Não houve recomendações do órgão de controle interno ao final do exercício de 2011 as quais a Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no RN tenha sido notificada.

15.4 Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Não houve recomendações pendentes do órgão de controle interno ao final do exercício de 2011 as quais a Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no RN tenha sido notificada.

16. INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO, CASO EXISTA NA ESTRUTURA DO ÓRGÃO, APRESENTANDO AS JUSTIFICATIVAS PARA OS CASOS DE NÃO ACATAMENTO.

Não houve recomendações pela unidade de Controle Interno pendentes de atendimento ao final do exercício de 2011 a qual a Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no RN tenha sido notificada.

17. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UNIDADE PARA DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO NO EXERCÍCIO.

17.1 Atividades em desenvolvimento social sustentável

Durante o exercício de 2011, a SFA/RN, participou ativamente das atividades promovidas pelo Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida no Rio Grande do Norte ó COEP-RN, idealizado pelo sociólogo Herbert de Souza, o õBetinhoö, atuando como uma das organizações fundadoras, através de uma representante técnica, indicada pela direção da SFA/RN.

Para a execução desse trabalho, foi imprescindível a colaboração dos servidores, que ao longo do ano, se sensibilizaram com os problemas sociais das instituições, as quais são direcionadas as ações.

Registre-se que as atividades do COEP/RN seguem as diretrizes dos 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), tendo como lema: õRumo a um Brasil Melhorö. É relevante informar que o Comitê vem promovendo iniciativas para o desenvolvimento humano e social no país.

PARTE B ó INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

ANEXO I



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO SECRETARIA-EXECUTIVA SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E ADMINISTRAÇÃO COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAS

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que os servidores abaixo relacionados, arrolados nas contas referentes ao exercício de 2011, da Coordenação de Contabilidade, estão em dia com a entrega das cópias das declarações de bens e rendas, em observância ao disposto na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, e em conformidade com o item 08, da parte A, do anexo II `a Decisão Normativa TCU nº 108, de 24 de novembro de 2010.

- Alberto Jerônimo Pereira
- José Calazans dos Santos e
- Maria de Fatima Álvares Araújo

Brasília, 16 de Fevereiro de 2012.

NELSON SUASSUNA DA MOITA Coordenador-Geral de Administração de Pessoas

CONFERE COM O ORIGINAL

Alberto Jerontoro Peretra Coordenador de Contabilidade Contador - CRC-GO 6624-T-08

Esplanada dos Ministérios, Bloco D - 9º Andar - 70.043-900 - Brasília / DF - Tel: (61) 3218 - 2183 - Fax: (61) 3225.3598

ANEXO II

DECLARAÇÃO DO CONTADOR Denominação completa (UJ): SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRIC., PEC. E ABASTECIMENTO – SFA/RN 130023

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), relativa ao exercício de 2011 refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:

a) -11216.04.00 - LIMITE DE SAQUE (VALORES RECEBIDOS GRU)

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

	Brasília, DF	Data	31 DE DEZEMBRO DE 2011
Contador Responsável	Alberto Jeronimo Pereira	CRC nº	006624/T-8 GO

ANEXO III



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Rio Grande Norte – SFA/RN

DECLARAÇÃO

Eu, Francisco Libânio da Cunha Neto, CPF nº 422.779.064-68, Chefe do Serviço de Apoio Administrativo (SAD), exercido na Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Rio Grande do Norte declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Natal/RN, 23 de Março de 2012

FRANCISCO LIBÂMO DA CUNHA NETO

CPF Nº 422.779.064-68

CHEFE DO SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO

SFA/RN/MAPA

Av Engenheiro Hildebrando de Góis, 150, Ed Fernando Costa, Ribeira, Natal/RN, 59010-700 gab-rn@agricultura.gov.br — Pabx (84) 4006.9696 — Fone (84) 4006-9675/79 — Fax (84) 4006.9650/51

ANEXO IV



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Rio Grande Norte - SFA/RN

DECLARAÇÃO

Eu, Jonas Francisco de Sena, CPF nº 085564904-68 Fiscal Federal Agropecuário, lotado na DPDAG/SFA-RN declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria - SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 13 de março de 2012.

Jonas Francisco de Sena

085564904-68

FFA - Engo Agroo/DPDAG/SFA-RN

Av Engenheiro Hildebrando de Góis, 150, Ed Fernando Costa, Ribeira, Natal/RN, 59010-700 — gab-rn@agricultura.gov.br − Tel (84) 4006.9679 e Fax (84) 4006.9650/51